

2020-2030

Plano ABC+ Bahia



PLANO ESTADUAL PARA ADAPTAÇÃO
À MUDANÇA DO CLIMA E BAIXA EMISSÃO DE CARBONO
NA AGROPECUÁRIA COM VISTAS
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

SECRETARIA DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA
E AQUICULTURA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Plano ABC+ Bahia 2020-2030 : plano estadual para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável / organização SEAGRI ; coordenação Thiago Guedes Viana. -- Salvador, BA : SEAGRI - BA, 2024.

Vários autores.

ISBN: 978-85-86285-10-3

1. Agricultura 2. Agricultura - Aspectos ambientais 3. Agropecuária - Bahia
4. Carbono - Emissão 5. Desenvolvimento sustentável
I. SEAGRI. II. Viana, Thiago Guedes.

24-191610

CDD-338.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Agropecuária e desenvolvimento : Economia 338.1
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Créditos

Governo do Estado da Bahia

Governador Jerônimo Rodrigues

Superintendência Federal de Agricultura (MAPA – SFA/BA)

Superintendente Fábio Alexandre Rosa Rodrigues

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia - SEAGRI

Secretário Wallison Oliveira Torres

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia - SEAGRI

Chefe de Gabinete Luiz Rezende

Superintendência de Política do Agronegócio – SPA/SEAGRI-BA

Superintendente Claudemir Nonato de Santana

Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário – SDA/SEAGRI-BA

Superintendente Adriano de Sá Bouza

Coordenador do Plano ABC+ Bahia 2020-2030 - SEAGRI-BA

Assessor do Gabinete Thiago Guedes Viana

GRUPO GESTOR ESTADUAL (GGE) DA BAHIA

PORTARIA 44/2022, PUBLICADA NO DOE, DE 15 DE JULHO DE 2022

1. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia – SEAGRI

Titular: Thiago Guedes Viana
Suplente: Claudemir Nonato de Santana

2. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – SECTI

Titular: Georgheton Melo Nogueira
Suplente: Rosemère da Silva Nascimento

3. Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA

Titular: Luiz Carlos de Araújo Junior
Suplente: Paulo Leonelli Vilela

4. Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia. SFA do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA

Titular: Francimary Maciel Medeiros de Sousa
Suplente: Luiz Rogério Barreto Nascimento

5. Organização de Conservação da Terra – OCT

Titular: Joaquim Cardoso Filho
Suplente: Bruna Patrícia Sobral Conceição Ribeiro

6. Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB

Diretor-Geral: Paulo Sérgio Luz

7. Associação Baiana das Empresas de Base Florestal – ABAF

Titular: Wilson Galvão Andrade
Suplente: Paulo Roberto Oliveira de Andrade

8. Instituto Arapyaú – Arapyaú

Titular: Ricardo Dórea Gomes da Costa
Suplente: Marcus Vinícius Tenente Ahmar

9. Banco do Brasil – BB

Titular: Claudiney Ribeiro
Suplente: Leonardo Duarte Carneiro Vilela

10. Caixa Econômica Federal – CAIXA

Titular: Diego Carraro
Suplente: Fares Haunm Junior

11. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Titular: José Adolfo de Almeida Neto
Suplente: Deborah Maria de Faria

12. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Mandioca e Fruticultura

Titular: Laércio Duarte Souza
Suplente: Francisco Alisson da Silva Xavier

13. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Titular: Marcos Roberto da Silva
Suplente: Josival Santos Souza

14. Federação da Agricultura e Pecuária no Estado da Bahia – FAEB

Titular: Carlos Alberto S. Rio
Suplente: Leonardo R. Paulino

15. Instituto Viverde – IV

Titular: Waleska Ribeiro Caldas da Costa Viana
Suplente: Tacila Sousa

16. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Titular: Emanuel Carneiro de Lima e Silva
Suplente: Marcelo Ribeiro

17. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac

Titular: Milton José da Conceição
Suplente: Dan Érico Vieira Petit Lobão

18. Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOPB

Titular: Erick Samuel Rojas Cajavilca
Suplente: Gerson Ferreira Jr.

19. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.IF Baiano

Titular: Maria Iraildes de Almeida Silva Matias
Suplente: Rafael Oliva Trocoli

20. Instituto Cabruca – IC

Titular: Deysiane Ferreira de Oliveira
Suplente: Victor Uallas Santos Oliveira

21. Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA:

Titular: Glaciânia Pereira de Araújo
Suplente: Aloísio Bezerra Leite Junior

22. Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano – Fundação BA

Titular: Nilson Gonçalves Vicente
Suplente: Liliane Pereira Campos

23. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA

Titular: Thyane Viana da Cruz
Suplente: Allívia Rouse Carregosa Rabbaní

24. Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs

Titular: Willian Moura de Aguiar
Suplente: Gilberto Marcos Mendonça dos Santos

Prefácio

A **Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia – SEAGRI**, no ano de 2013, publicou, no Diário Oficial do Estado da Bahia, o seu primeiro Plano Estadual de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas na Agricultura para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono da Bahia (Plano ABC BA), para o período 2010 – 2020.

Os objetivos planejados na resolução, foram para reduzir a emissão e aumentar o sequestro e a fixação de gases do efeito estufa (GEE) na agropecuária estadual; e incentivar o maior uso de conhecimento técnico de práticas agronômicas de conservação de solo, água e biodiversidade, bem como a disseminação de sistemas de produção de baixa emissão de gases do efeito estufa (GEE), com aumento do rendimento por unidade de área, com destaque para: plantio direto na palha; recuperação de áreas de pastagens degradadas; sistema de integração lavoura – pecuária – floresta e sistemas agroflorestais; novas florestas; fixação biológica de nitrogênio; e tratamento de dejetos animais.

É crescente a preocupação com as questões ambientais, e em particular, com o aquecimento global e com a possibilidade de ocorrer mudanças do clima nos próximos anos. A seca dos últimos anos, contrastando com o excesso de chuvas, apresenta a conformação de um cenário realista das mudanças climáticas.

Como planejamento estratégico para o desenvolvimento agropecuário do estado da Bahia é apresentado em 2023 o **Plano Estadual de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas na Agricultura para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono da Bahia – Plano ABC+**, para o período 2023 – 2030.

A SEAGRI/BA, propõe o **Plano ABC+ BAHIA** (2023-2030), com vistas à consolidação de uma agropecuária estadual alicerçada sobre sistemas sustentáveis, resilientes e produtivos, capazes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), provenientes da atividade agropecuária, por meio de práticas agrícolas, tecnologias e inovação no setor agropecuário. Neste sentido, o estado da Bahia por meio da SEAGRI/BA, apresenta o **Plano ABC+ BAHIA**, consistindo no relevante propósito de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), onde o Brasil assumiu um novo compromisso na COP26, de mitigar 50% de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2030, usando como linha de base o ano de 2005 e como referência o Quarto Inventário Nacional de Emissões.

Considerando a finalidade e competência do grupo gestor do Plano ABC+ BAHIA, em formular, articular e promover o pleno conhecimento sobre as tecnologias e metas propostas no plano, entende-se que o setor agropecuário será um parceiro fundamental para a consecução dos objetivos propostos no Plano Estadual, principalmente por meio da expansão das atividades agropecuárias e florestais em áreas degradadas ou em recuperação.

O Governo Federal por meio do Plano ABC+, coloca à disposição da agropecuária brasileira uma série de alternativas tecnológicas capazes de minimizar a emissão de gases de efeito estufa. O Plano ABC+ visa dar ao produtor rural, condições para que ele realize os investimentos necessários e incorpore essas tecnologias ao longo do processo produtivo.

○ **Plano ABC+ BAHIA** é produto de uma parceria formulada na Resolução nº 01 de 07/09/2013 publicada no DOE-BA em 08/09/2013, cuja elaboração contou com a participação de instituições, da esfera pública e privada e na segunda fase do **Plano ABC+ BAHIA (2023-2030)**, com o Grupo Gestor atualizado, contando com a participação de 21 instituições, sendo SEAGRI/BA, SECTI/BA, SFA-BA/MAPA, OCT, ABAF, Arapyaú, BB, Caixa, UESC, Embrapa, UFRB, FAEB, Viverde, CONAB, Cabruca, Ceplac, UFOB, IF Baiano, IFBA, AIBA e Fundação BA.

A proposta de lançar o **Plano ABC+ BAHIA (2023-2030)** é fundamentada em um modelo de produção, tendo em vista o uso de práticas produtivas sustentáveis, com ações redutivas de emissão de carbono, colocando o Estado da Bahia na vertente mundial de uma agropecuária mais limpa, com vantagens competitivas para o agronegócio no estado.



WALLISON OLIVEIRA TORRES

Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia – **SEAGRI**



Símbolos, Siglas e Abreviaturas

ABC	Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
ABC+	Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com Vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030) - 2013
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPA	Boas Práticas Agropecuárias
C	Carbono
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CH4	Metano
CIM	Comitê Interministerial sobre Mudança Climática
CO2	Dióxido de Carbono
CO2eq	Dióxido de Carbono equivalente
COP	Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de ...
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBN	Fixação Biológica do Nitrogênio
FEBRAPDP	Federação Brasileira do Sistema Plantio Direto
FP	Florestas Plantadas
GEE	Gases de Efeito Estufa
Gg CO2eq	Gigagrama de Dióxido de Carbono equivalente
ha	hectare
hab	habitantes
ILF	Integração Lavoura-Floresta
ILP	Integração Lavoura-Pecuária
ILPF	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IPCC	Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas
IPF	Integração Pecuária-Floresta

kgCO₂eq	Quilogramas de Dióxido de Carbono equivalente
Km	Quilômetro
Mg	Megagrama (=tonelada)
Mg CO₂eq	Megagrama de Dióxido de Carbono equivalente
Mha	Milhões de hectares
MRPA	Manejo de Resíduos da Produção Animal
MRV	Monitoramento, Relato e Verificação
N	Nitrogênio
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
N₂O	Óxido Nitroso
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNA	Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RPD	Recuperação de Pastagens Degradas
SAF	Sistema Agroflorestal
SEAx	Secretaria de Estado de Agricultura (sigla e nome completo)
SI	Sistemas de Integração
Sir	Sistemas Irrigados
SFA-xx/MAPA	Superintendência Federal de Agricultura-nome do Estado/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SPD	Sistema Plantio Direto
SPSABC	Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis
TI	Terminação Intensiva
UA	Unidade Animal (450 kg peso vivo animal)
UExx	Universidade Estadual (nome da instituição)
UFxx	Universidade Federal (nome do Estado)
URT	Unidade de Referência Tecnológica
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico



1. Introdução

O Brasil é reconhecido mundialmente por possuir um conjunto de legislações ambientais de caráter conservacionista que visam, dentre outros aspectos, a regulamentação da proteção da vegetação e das áreas de preservação permanente, bem como das áreas de reserva legal, cujos objetos versam sobre a melhoria do sistema produtivo sustentável, bem como no crescimento econômico com responsabilidade social.



embrapa.com.br

De acordo com a EMBRAPA TERRITORIAL as áreas de preservação nativa nos imóveis rurais brasileiros (5.953.119) representam 282.858.849 ha, ou seja, 33,2% de todo território nacional, tendo como base o cruzamento de informações do CAR (2021) e IBGE (2017), demonstrando, deste modo, o compartilhamento de responsabilidade entre os diversos setores públicos e privados em favor de uma agropecuária sustentável.

As questões ambientais mundiais estão cada vez mais em evidência, haja vista, que o aquecimento global e as mudanças climáticas são determinantes para alterações no ecossistema universal e, consequentemente, na produção de alimentos, fato, este, determinante para elevar a insegurança alimentar mundial. Nesse sentido, o Acordo do Clima ou Acordo de Paris, assinado por 182 países em 2015, foi estratégico, pois pactuou internacionalmente sobre a contenção sistemática do aquecimento global e suas graves consequências, tendo como princípio a diminuição da emissão de gases de efeito estufa- GEE e na limitação do aumento da temperatura global em no máximo 1,5°C.¹

A COP 26 ou 26^a Conferência das Nações Unidas – ONU sobre mudanças climáticas, realizada em 2021 na cidade de Glasgow, Escócia, teve, também, como propósito a discussão sobre a eliminação de carbono na atmosfera, objetivando o não aquecimento global acima de 1,5°C. Conjuntamente debatou-se sobre a importância da proteção das comunidades e, ainda, da proteção

aos habitats naturais, pois segundo o FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, se nada for realizado até 2050, corre-se o risco de 8 países africanos perderem sua capacidade de produzir alimentos básicos, fato que poderá ser desastroso tanto no aspecto da segurança alimentar quanto na segurança social. Outro ponto de grande relevância debatido na conferência foi o compromisso de mobilização financeira dos países considerados ricos aos países considerados pobres, assim com o aporte destes recursos os referidos países pobres poderiam realizar as agendas climáticas pactuadas. Outro momento decisivo consistiu no compartilhamento de responsabilidades entre os Governos, empresas e sociedade civil, onde ficou pactuado a utilização de ferramentas como ACORDOS OPERACIONAIS para fomentar as devidas ações e atendimento das metas¹.

Ainda sobre acordos e compromissos internacionais a Organização das Nações Unidas – ONU criou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS que fazem parte da “Agenda 2030”, que tem como base 17 objetos que se desdobram em 169 metas com o foco no crescimento sustentável. Os ODS têm como pilares estruturantes os ambientais, sociais e econômicos que tratam de ações bem diversificadas como: “a erradicação da pobreza; a fome zero e agricultura sustentável; a saúde e bem-estar; a educação de qualidade; a igualdade de gênero; a água potável e saneamento; a energia limpa e acessível; o e crescimento econômico; a indústria, inovação e infraestrutura; a redução das desigualdades; as cidades e comunidades sustentáveis; o consumo e produção responsáveis; a ação contra mudança global do clima; a vida na água; a vida terrestre; a paz, justiça e as instituições eficazes e as parcerias e meios de implementação”, todas, estas, visando o crescimento global sustentável até 2030.

De modo complementar, a agenda ESG ganhou força no mercado financeiro mundial estabelecendo diretrizes do novo padrão de investimento global, balizada pelos critérios ambientais, sociais e de governança, também utilizada como fundamento técnico, em 2004, para atender o “pacto global”, desta vez incluindo a parceria com o Banco Mundial. O referido conceito é norteador estratégico nas análises de risco para investimento, integrando, deste modo, as empresas no compartilhamento de responsabilidades em prol da sustentabilidade global. Como uma provocação ao setor empresarial, o

¹ Agricultura e Preservação da Vegetação Nativa. Embrapa Territorial, 2021.
Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2021/introducao>. Acesso em: 30/06/2023.

COP26: Panorama de objetivos e acordos. Globalhub.uniter, 2021.
Disponível em: <https://globalhub.uniter.com>. Acesso em: 30/06/2023.

ODS: Objetivos da ONU para as cidades. HABITABILITY, 2023.
Disponível em: <https://habitability.com.br/ods-11-conheca-o-objetivo-da-onu-para-as-cidades>. Acesso em: 30/06/2023.



Secretário-Geral da ONU a época, Kofi Annan, verificou junto a 50 grandes instituições financeiras qual a melhor forma de fixar os princípios do ESG ao mercado de capital. Esta iniciativa culminou em 2006 com a criação do PRI — Princípios do Investimento Responsável, que atualmente possui na sua composição mais de 3 mil signatários, cujos ativos sob a gestão somados ultrapassam 100 trilhões de dólares. Portanto, segundo o diretor-executivo da Rede Brasil para o Pacto Global o ESG “não é uma evolução da sustentabilidade empresarial e sim a própria sustentabilidade empresarial”².

A Price Waterhouse Coopers — PwC em pesquisa realizada com investidores institucionais, verificou que 77% desses clientes deixarão de adquirir produtos considerados não ESG, fato que demonstra cada vez mais a responsabilidade de todos quando o tema integra ao ambiente, as questões sociais e a transparência na gestão.

.....

Desde a reunião “Rio 92”, o Brasil por características preservacionistas e protagonismo na produção alimentar mundial, vem participando construtivamente de uma agenda sustentável globalizada. Neste sentido o país assumiu compromissos relevantes como a redução de gases de efeito estufa — GEE, bem como, regulamentou a Política Nacional de Mudanças do Clima — PNMC em 2009, que determina ao poder executivo a coordenação dos “planos setoriais” de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas. Dessa maneira, coube a agropecuária como setor estratégico da economia brasileira a constituição do “Plano para consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura”³. Para a construção do plano em questão foi criado um grupo técnico (GT) com representantes de diversos ministérios, órgãos afins e setor produtivo, que, juntos elaboraram o “Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura”, também denominado “Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)”.

² ESG: entenda o significado da sigla e saiba como inserir estes princípios na sua empresa. Portal Global-Rede Brasil. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em 3/07/2023

³ Agricultura de baixo carbono-histórico. Ministério da Agricultura e Pecuária, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/histórico>. Acesso em 4/07/2023

Mapa apresenta metas e tecnologias de produção sustentável para o Plano ABC+. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias>. Acesso em 4/7/2023

O plano ABC teve sua regulamentação em 2010 como uma política pública nacional com vínculo direto aos ditames globais já estabelecidos, cujos princípios tinham como base a mitigação da emissão dos GEE e o aquecimento do planeta. Buscando o atendimento das metas pactuadas o plano ABC se alicerçou nos eixos da sustentabilidade ambiental, social e econômica e, para tanto, foram estruturados programas e eixos temáticos como: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos Animais e a Adaptação a Mudanças Climáticas. Estes programas se desdobraram em diversas ações transversais como transferências tecnológicas, assistência técnica, palestras, seminários, implantação de unidades de referência, dentre outras. Por se tratar de uma política estruturante foi criado no plano agrícola e pecuário 2010/2011 uma linha de crédito, da ordem de dois bilhões de reais, com o objetivo de financiar atividades deste segmento que pudessem combater a emissão de GEE. Neste contexto, a aplicação de tecnologias adequadas, práticas de manejo eficientes ao sistema produtivo ou qualquer outra ação que pudesse minimizar a emissão de gases poluentes poderia ser financiada para o melhor desempenho desta política pública.

Atualmente, o plano ABC se fortalece neste novo decênio 2020 – 2030, pois passa a ser denominado de “PLANO SETORIAL PARA ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA E BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGROPECUÁRIA COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ABC+) 2020-2030. Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2021, é condição *sine qua non* para o alcance dos objetivos estruturados no referido plano, a adoção de estratégias que visem à consolidação de sistemas sustentáveis, resilientes e produtivos, estes, com vistas ao fortalecimento da agropecuária nacional. Nesse sentido, o MAPA adotou as seguintes estratégias⁴: “Manter o estímulo à adoção e manutenção de sistemas agropecuários conservacionistas e sustentáveis de produção, com aumento da produtividade e renda, da resiliência e do controle das emissões de gases de efeito estufa; Estimular e apoiar a pesquisa aplicada para o desenvolvimento ou aprimoramento de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis com foco no aumento da resiliência, da produtividade e renda, e no controle das emissões de gases de efeito estufa; criar e fortalecer mecanismos que possibilitem o reconhecimento e valorização dos produtores que adotam Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis, bem como Criar e fortalecer mecanismos que possibilitem o

⁴ Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável (2020-2030): visão estratégica para um novo ciclo / Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. — Brasília : MAPA, 2021.

reconhecimento e valorização dos produtores que adotam Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis". Ainda, vale destacar que neste novo ciclo foram incrementadas novas tecnologias ao plano, objetivando cada vez mais o seu avanço e o seu fortalecimento. O sistema de plantio direto para hortaliças, a terminação intensiva de bovinos, os sistemas irrigados e os sistemas agroflorestais passam a assumir, junto com o portfólio de tecnologias já existentes, as ferramentas necessárias para o aumento responsável da produtividade, da redução de perdas na produção, na geração de emprego e renda, como também na melhoria da qualidade de vida no campo. Dessa maneira atendendo ao tripé da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Mais uma vez, o Brasil é protagonista na proposição de políticas públicas para a garantia de um planeta venturoso. Lançado o plano safra 2023/2024, no seu conteúdo, não faltam incentivos financeiros para os produtores rurais que buscam a adição de tecnologias alinhadas com a emissão de baixo carbono, legitimando cada vez mais a preocupação do país com as questões ambientais globais⁵.

⁵ Transição para agropecuária de baixa emissão é irreversível. Ministério do Meio Ambiente, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/transicao-para-agropecuaria-de-baixa-emissao-e-irreversivel-diz-marina-no-lancamento-do-plano-safra>. Acesso em: 5/7/2023.



O Estado da Bahia, por sua vez, também é uma referência para o Brasil quando as premissas são a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Em estudo realizado pela EMBRAPA TERRITORIAL utilizando-se dos dados atualizados do sistema CAR até fevereiro de 2021, este aponta que a Bahia possui uma área de 56.476.043ha com 840.055 imóveis rurais, o que representa 14,1% de todas as propriedades brasileiras. No mesmo estudo intitulado de “áreas destinadas à preservação da vegetação nativa nos imóveis rurais” o Estado assume, mais uma vez, o papel de referência nacional com os seus 12.127.812ha* preservados nas propriedades privadas contidas nos seus três biomas: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, sendo que, por sua vez, a referida área preservada representa 21,5% da totalidade do território baiano. Estes 12.127.812ha perfazem 5,3% dos 227.415.630ha preservados em imóveis rurais privados em todo Brasil, ratificando a importância da Bahia na representatividade nacional e mundial para a sustentabilidade global⁶.

⁶ Agricultura e Preservação da Vegetação Nativa. Embrapa Territorial, 2021.
Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2021/introducao>. Acesso em: 30/06/2023.

* Vale destacar que nesse estudo não foram considerados os dados do IBGE 2017



A PARTICIPAÇÃO DA BAHIA E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIOPRODUTIVA AO PAÍS TOMAM-SE CADA VEZ MAIS RELEVANTE, POIS QUANDO SE OBSERVA OS DADOS ECONÔMICOS E PRODUTIVOS DO SETOR AGROPECUÁRIO BAIANO FICA EVIDENTE ESTA AFIRMAÇÃO.

O valor bruto da produção agropecuária (VBP), ou seja, toda a riqueza produzida dentro das propriedades rurais coloca o Estado em 8º lugar no ranking nacional, com valores próximos a 52 bilhões de reais. Este dado adicionado à participação do setor com 1/3 do produto interno bruto — PIB, a geração de 30% dos empregos da população ativa e, ainda, os 50% das exportações baianas advindas dos produtos agropecuários, confirma, definitivamente, a notoriedade do Estado neste cenário.

Assim, o sistema agro produtivo baiano através da utilização de tecnologias descritas neste plano ABC+, contribuirá de forma responsável e significativa para o melhor controle das ações climáticas mundiais. As metas aqui pactuadas pelo grupo técnico — GT darão as bases para que o Plano Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com vistas ao Desenvolvimento Sustentável, neste decênio 2020-2030, seja exitoso e próspero cujos reflexos serão notados e desfrutados por toda a sociedade.





2. Objetivos

OBJETIVO GERAL

O “Plano ABC+ Bahia” apresenta a sociedade baiana e brasileira, de forma transparente, as suas ações estratégicas com o objetivo de cumprir as metas pactuadas pelo Grupo Gestor Executivo – GEE do Estado em prol de uma agropecuária sustentável. Em tempo, se compromete em atingir as com a utilização de tecnologias inovadoras aqui planejadas, sempre ressaltando a importância do compartilhamento dos compromissos ambiental, social e econômica, buscando, assim, alcançar com responsabilidade o maior de todos os objetivos que é a preservação do planeta.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1. Divulgar de forma imperativa** junto à sociedade baiana o Plano ABC+ Bahia;
- 2. Integrar parcerias com academia,** instituições de pesquisa e assistência técnica para melhor prover as tecnologias aqui prospectadas;
- 3. Incentivar a adoção responsável** das tecnologias para reduzir as emissões de poluentes na atmosfera;
- 4. Fomentar o financiamento público** para projetos de produção sustentável;
- 5. Fomentar a criação de subprogramas** com sinergia às metas do Plano ABC+;
- 6. Promover incentivos econômicos** e subprogramas associados à meta do Plano ABC+ de estimular o aumento da recuperação de áreas degradadas;
- 7. Estimular o consumo e a utilização** consciente da água e do solo;
- 8. Estimular medidas e ações** para promover melhoria na qualidade e disponibilidade hídrica;
- 9. Viabilizar as reparações** ambientais pelos danos causados pela emissão de GEE;
- 10. Viabilizar o embolso** para as produções sustentáveis;
- 11. Fomentar a utilização de fontes de energia** renováveis com baixa emissão de GEE;
- 12. Incentivar** o aproveitamento de resíduos agroindustriais.



3. Políticas, Programas e/ou Planos

Estaduais de Mitigação de Emissões e/ou de Adaptação à Mudança do Clima



O Estado da Bahia está atento ao tema mudanças climáticas e desde 2005, com a edição do Decreto nº 9.519 de 18 de agosto que institui o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, busca regulamentar o tema e inserir ações diretas no trabalho das secretarias de estado para reduzir a emissão de gases de efeito estufa e mitigar os efeitos das mudanças climáticas no território baiano.

Em 2011 houve a edição da Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia — Lei nº 12.050 de 07 de janeiro e em 2022 foi concluído o primeiro Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa.

Em paralelo, foram editadas outras normas que conversam diretamente com o tema, como a Lei nº 12.932 de 07 de janeiro de 2014 que institui a política estadual de resíduos sólidos, a Lei Nº 13.223, de 12 de janeiro de 2015 que instituiu a Política e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no estado da Bahia, a Lei nº 13.572 de 30 de agosto de 2016 que institui a política estadual de convivência com o semiárido

e o sistema estadual de convivência com o semiárido e o Decreto nº 21.200 de 02 de março de 2022, que institui o Plano Estadual para a Economia do Hidrogênio Verde – PLEH2V.

A soma dos esforços empreendidos ao longo dos anos resultou na elaboração das políticas, planos e programas governamentais a seguir:

3.1 POLÍTICA SOBRE MUDANÇA DO CLIMA DO ESTADO DA BAHIA

— LEI Nº 12.050 DE 07 DE JANEIRO DE 2011

Lei nº 12.050 de 07 de janeiro de 2011, publicada em 2011, intitulada Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia preencheu uma lacuna jurídica dando suporte legal às ações voltadas a redução de emissão de gases de efeito estufa e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Considerando que a atividade agrícola é uma das grandes bases da economia do estado e é diretamente afetada pelas mudanças do clima este plano observa atentamente os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos pela lei, em especial os objetivos definidos no artigo 4º:

(...)

I – a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático;

II – a mitigação dos impactos adversos resultantes das interferências antrópicas no sistema climático;

III – a redução da taxa de crescimento das emissões de gases de efeito estufa e a captura e estocagem desses gases;

IV – a definição e implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima em todos os Territórios de Identidade, setores econômicos e sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis aos seus efeitos adversos.

(...)



É importante destacar que alguns dos instrumentos previstos no artigo 6º desta política interagem de forma direta com as ações do ABC+ Bahia, por exemplo:

(...)

XX – as linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados;

XXI – as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos tecnológicos e tecnologias limpas para geração e consumo de energia, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;

(...)

XXIII – os mecanismos financeiros e econômicos referentes à mitigação da mudança do clima e à adaptação a esses efeitos que existam no âmbito nacional e internacional;

(...)

3.2 POLÍTICA ESTADUAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS – PSA

A Lei Nº 13.223, de 12 de janeiro de 2015, instituiu a Política e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no estado da Bahia. A aplicação desta Lei vem sendo feita de forma coordenada com as leis e normas federais e estaduais que dispõem a respeito da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, dentre outras regras aplicáveis.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um instrumento econômico que, seguindo o princípio do protetor-recebedor, recompensa e incentiva aqueles que provêm serviços ambientais, melhorando suas rentabilidades, por meio da adoção de atividades que gerem proteção e uso sustentável de recursos naturais.

O Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA consiste em um sistema público de pagamento por serviços ambientais, monetários ou não, no qual o Estado efetua pagamentos ou concede incentivos condicionados como retribuição pelos serviços ambientais prestados pelos beneficiários do Programa. O Programa tem como objetivo a implementação do PSA a partir do planejamento, controle e promoção de serviços ambientais no território do Estado, estabelecendo condições mínimas para incentivar a valorização econômica destes, assim como a eficaz interação entre seus provedores, pagadores e mediadores.

O PEPSA está direcionado especialmente aos Povos e Comunidades Tradicionais, agricultores familiares, e empreendedores familiares rurais que prestam serviços ambientais, visando fornecer serviços ecossistêmicos, conforme os requisitos estabelecidos em Lei. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA é o órgão executor, de assistência técnica e de monitoramento do Programa. E como execadora da Política e do Programa de PSA na Bahia, a SEMA elaborou a regulamentação da Lei, e vem desenvolvendo ações para fomentar iniciativas de PSA, ao passo que estrutura o programa e a plataforma estadual. Uma dessas ações é a Capacitação para desenvolvimento das Políticas Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado da Bahia.

A Política Estadual ganha novo reforço com o advento da Lei Federal Nº 14.119 de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA) e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), além de dispor sobre os contratos que regem a relação jurídica entre provedor e pagador. Ademais, a legislação deve ser regulamentada em breve, proporcionando um ambiente favorável para a criação de novos programas com este escopo.

3.3 POLÍTICA ESTADUAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Lei Estadual nº 13.572/2016), como componente estratégico do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, é um instrumento de gestão e planejamento intersetorial e transversal de políticas e programas governamentais e ações da sociedade civil.

A lei coloca a Bahia em destaque no cenário nacional, sendo o primeiro Estado a regulamentar uma política pública que estabelece um conjunto de princípios e diretrizes para o desenvolvimento da região semiárida. O objetivo é fortalecer e promover a autonomia das populações, com a inclusão socioprodutiva e geração de emprego e renda.

O semiárido ocupa 68% do território da Bahia, o que equivale a uma área de cerca de 480,9 mil km², 85,2% do território, com uma população de mais de 7,4 milhões de pessoas, distribuídas em aproximadamente 283 municípios.

Alguns objetivos desta lei, são: mitigar os efeitos da seca e das mudanças climáticas através da adoção de práticas de prevenção e adaptação; estimular a conservação dos recursos hídricos, do solo, da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, visando ao desenvolvimento sustentável; propiciar novos processos e planejamento agrário e agropecuário que compatibilizem o uso da água, o uso e a ocupação da terra com o regime pluviométrico regional, as condições de solo e a biodiversidade, buscando a convivência integrada e harmônica do ser humano com o ambiente.

3.4 POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, Lei nº 12.932 de 07 de janeiro de 2014, integra a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, instituída pela Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e a Política Estadual de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.172, de 01 de dezembro de 2008, vinculando-se, do ponto de vista institucional, aos seus respectivos Sistemas, cujos órgãos são incumbidos de formular, coordenar, implementar, monitorar e avaliar a PERS.

A PERS articula-se com as políticas estaduais de educação ambiental, recursos hídricos, saúde pública, mudanças climáticas, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano e promoção da inclusão social.

Relevante, contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário à Bahia no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

3.5 POLÍTICA ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

O Estado da Bahia possui 1574 produtores certificados como orgânicos, o que corresponde à 5,32% do quantitativo nacional, de acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura e Pecuária — MAPA de junho de 2023. No Estado são mais de 600 mil produtores potenciais para atuar na agenda da agroecologia e produção orgânica.

A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica — PEAPO, Lei Estadual nº 14.654/2023, foi implantada com o objetivo de promover ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica, de base agroecológica e do extrativismo sustentável, orientando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações nas cidades e no campo, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável de recursos naturais na perspectiva da segurança e soberania alimentar e nutricional.

A política busca promover a produção de base agroecológica no Estado da Bahia como um processo que otimiza a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social. Incentiva a implantação do sistema orgânico de produção, considerando todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, no qual emprega-se, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, eliminando o uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Dentre as diretrizes, a política define a promoção da produção, beneficiamento, consumo e comercialização de alimentos de origem animal e vegetal de base agroecológica e de base orgânica, isentos de transgênicos, fertilizantes, promotores de crescimento sintéticos e agrotóxicos.

Por fim, a política define o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica — PLEAPO e as instâncias e componentes de gestão que são a Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica — CEAPO e a Comissão Interinstitucional de Agroecologia e Produção Orgânica — CIAPO.

3.6 INVENTÁRIO DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA- BAHIA 2022

Em 2022, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) finalizou e publicou o primeiro inventário estadual de gases de efeito estufa, instrumento previsto na Lei nº 12.050 de 07 de janeiro de 2011, especificamente no artigo 6º, parágrafo XVII.

Para garantir que o inventário baiano fosse comparável com os inventários de países, governos nacionais e governos subnacionais foram adotadas bases metodológicas comuns, como a desenvolvida pelo IPCC, evitando a dupla contabilização de emissões ou remoções de GEE. As diretrizes adotadas foram as do IPCC e dentre os quatro setores com as emissões reportadas está o setor Agricultura, Floresta e Outros Usos da Terra.

Neste setor são contemplados os fluxos de gases de efeito estufa oriundos do uso e manejo de solos que influenciam uma variedade de processos do ecossistema, como a fotossíntese, respiração, decomposição, nitrificação/desnitrificação, fermentação entérica, queima de resíduos agrícolas, etc. Todos esses processos envolvem transformações físicas (combustão, lixiviação e escoamento) e biológicas (atividade de microrganismos, plantas e animais) de carbono e nitrogênio. As estimativas do setor são apresentadas de forma desagregada, divididas em emissões relacionadas com atividades de agropecuária e mudança do uso da terra.

O setor de Agricultura, Floresta e Outros Usos do Solo foi responsável pela emissão bruta de 49 Mt de CO₂ e em 2017, 48,8Mt de CO₂ e em 2018 e 45,8 Mt de CO₂ e em 2019. Os resultados obtidos foram divididos em duas categorias: Agropecuária e Mudança do Uso da Terra.



**A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica — PEAPO,
Lei Estadual nº 14.654/2023, foi implantada com o objetivo de
promover ações indutoras da transição agroecológica, da produção
orgânica, de base agroecológica e do extrativismo sustentável,
orientando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das
populações nas cidades e no campo**



Na categoria Agropecuária foram contempladas emissões relacionadas a uma gama de atividades, como fermentação entérica, manejo de dejetos, fertilizantes sintéticos e orgânicos, queima de resíduos de produção agrícolas, solos manejados e renovação de pastagens. Na categoria Mudança do uso da terra foram contempladas emissões e remoções pelo ganho ou perda de carbono relacionados a alteração do uso da terra. Além disso, também são contempladas emissões pelo processo de queima de resíduos florestais que têm ligação com a queima controlada em áreas de vegetação convertidas.

3.7 PROGRAMA DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA (DECRETO ESTADUAL Nº 11.573/2009)

O Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para o Estado da Bahia tem como objetivo central a construção coletiva do Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Entre os estados nordestinos, a Bahia é o que possui, em extensão geográfica, a maior Área Sujeita à Desertificação (ASD), com 490 mil quilômetros quadrados do Estado, o que equivale a aproximadamente 86,8% do território e 289 municípios localizados no semiárido.

3.8 PROGRAMA BAHIA SEM FOGO

No ano de 2010 foi criado o Programa Bahia Sem Fogo que tem por objetivo promover ações de prevenção, combate e monitoramento a incêndios em áreas de Unidades de Conservação (UCs) no Estado da Bahia.

A Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) é a responsável pela coordenação do programa que integra e coordena o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais da Bahia (instituído pelo Decreto nº 11.559, de 1º de junho de 2009), formado por representantes de secretarias estaduais, instituições municipais e federais, entre elas: o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Casa Militar do Governador; Secretaria de Segurança Pública (SSP), Secretaria da Saúde (Sesab), Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), Secretaria da Educação (SEC), Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), Secretaria de Turismo (Setur) e Corpo de Bombeiros Militares do Estado da Bahia (CBMBA).

Pesquisas do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) apontam que florestas devastadas pelo fogo reservam 25% menos CO₂ do que matas virgens e ainda podem lançar carbono na atmosfera durante dez anos.

Desta forma, o Programa Bahia Sem Fogo revela sua importância no combate a degradação de árvores e florestas no território baiano, diminuindo as emissões de GEE via incêndios florestais.

3.9 PROGRAMA PARCEIROS DA MATA

Programa lançado no primeiro semestre de 2023, tem o objetivo de promover uma transformação produtiva sustentável para a melhoria da qualidade de vida de 100 mil famílias de comunidades rurais dos territórios de identidade Baixo Sul, Litoral Sul e Vale do Jiquiriçá.

Entre as ações a serem executadas estão investimentos em sistemas produtivos resilientes e iniciativas de proteção e recuperação ambiental, abastecimento de água, acesso a fontes de energia renovável e inclusão digital.

3.10 PROGRAMA HARPIA DE GESTÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

NO ESTADO DA BAHIA

O Programa Harpia de Gestão da Vegetação Nativa no estado da Bahia foi idealizado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) alinhado às metas globais para enfrentamento ao desmatamento ilegal e restauração da vegetação nativa.



São objetivos do programa o fortalecimento das ações de fiscalização e monitoramento nos biomas baianos, assim como a proposição de metas para a restauração de áreas impactadas. O monitoramento tem metodologia semelhante à utilizada pelo INPE na Amazônia e visa, através de algoritmos e geotecnologias, detectar remotamente áreas com supressão de vegetação nativa com periodicidade semanal.

O programa é transversal à outras políticas do Estado e União como as de combate às mudanças climáticas, à fome e à miséria, assim como as políticas relacionadas à agricultura, aos recursos hídricos, à biodiversidade, dentre outras.

Quando a vegetação nativa é gerida de forma efetiva com o combate ao desmatamento e fomento à restauração ecológica das áreas impactadas, estimula-se o movimento positivo de promoção da manutenção e recuperação da biodiversidade, do estoque e sequestro de carbono e outros GEE, além de impulsionar a agricultura sustentável e de baixo carbono, a manutenção dos recursos hídricos e inclusão social.

Dentre as metas apresentadas pelo programa está o estabelecimento dos parâmetros para a quantificação da biodiversidade e de carbono em áreas não desmatadas e em áreas restauradas e elaborar procedimento para o monitoramento das restaurações no estado da Bahia. A partir das quais será possível quantificar a fixação de carbono e o aumento da biodiversidade impulsionada pela recuperação de vegetação nativa nos imóveis rurais e nas Unidades de Conservação, além do sequestro de carbono atmosférico.

3.11 FÓRUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E DE BIODIVERSIDADE

O Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade – FBMC-Bio, Decreto Estadual nº 9.519/2005, tem como principais atribuições estimular, fortalecer e avaliar a implementação das Políticas Nacional e Estadual de Mudanças do Clima mobilizando a sociedade por meio de debates para a discussão e tomada de posição sobre o fenômeno das mudanças climáticas globais.

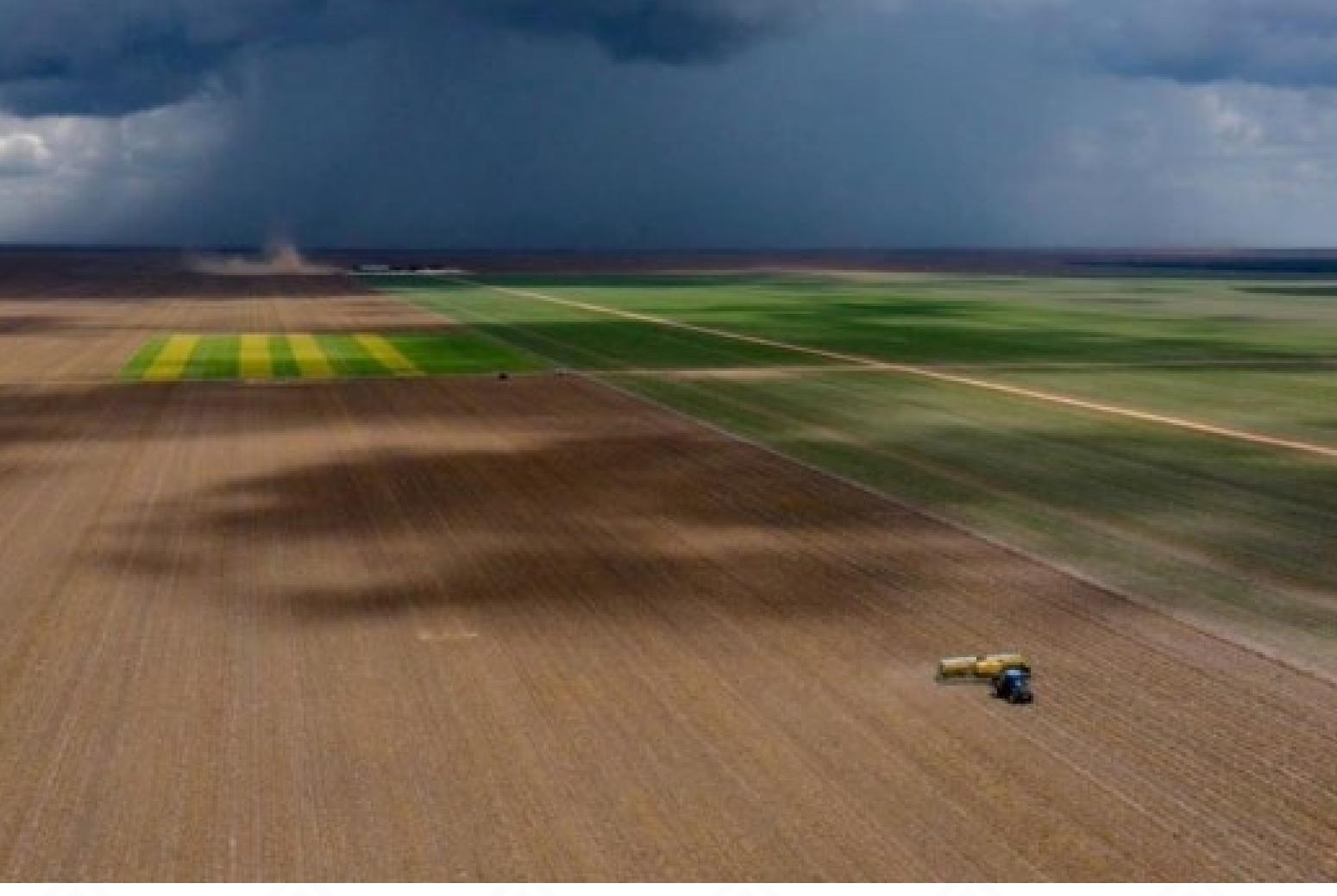
DENTRE AS METAS APRESENTADAS PELO PROGRAMA ESTÁ O ESTABELECIMENTO DOS PARÂMETROS PARA A QUANTIFICAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DE CARBONO **em áreas não desmatadas e em áreas restauradas e elaborar procedimento para o monitoramento das restaurações no estado da Bahia. A partir das quais será possível quantificar a fixação de carbono e o aumento da biodiversidade impulsionada pela recuperação de vegetação nativa nos imóveis rurais e nas Unidades de Conservação, além do sequestro de carbono atmosférico.**

3.12 PLANO ESTADUAL PARA A ECONOMIA DO HIDROGÊNIO VERDE — PLEH2V

O PLEH2V, Decreto Estadual nº 21.200/2022, objetiva promover, fortalecer e consolidar a produção e o uso do hidrogênio verde (H_2V), além de impulsionar pesquisas científico-tecnológicas sobre o tema.

O hidrogênio verde é um combustível com alto potencial energético, obtido a partir de fontes renováveis, como eólica e solar, em um processo no qual não há emissão de carbono e pode ser largamente utilizado em vários setores da atividade econômica, incluindo mineração e transportes. O H_2V é considerado o combustível e o insumo químico do futuro por não ser um agente poluente.

A Bahia tem enorme potencial para se firmar como uma economia baseada no H_2V . Atualmente, o estado é líder na geração de energia renovável e possui alta capacidade de produção e mercado favorável na indústria química, na siderurgia e no agronegócio.



4. Histórico do Plano ABC Nacional (2010-2020)

4.1 HISTÓRICO DO PLANO ABC NACIONAL

(2010 — 2020)

Na primeira versão entre os anos de 2010 e 2020, o Plano ABC previa uma redução de 133,9 milhões de toneladas a 162,9 milhões de toneladas da emissão de CO₂eq. Ao final do período, as iniciativas levaram a uma mitigação maior, de 170 milhões de toneladas, em mais de 50 milhões de hectares, segundo dados do Ministério da Agricultura (MAPA).

Dados do MAPA demonstram que os resultados de cinco dos seis objetivos do plano foram maiores do que o previsto. Por outro lado, a meta de plantar floresta ficou abaixo do esperado. As metas e os resultados alcançados foram os seguintes:

- 1. Recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas: FORAM RECUPERADOS 26 MILHÕES DE HECTARES;**
- 2. Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) em 4 milhões de hectares: FORAM ALCANÇADOS 11 MILHÕES DE HECTARES;**
- 3. Plantio Direto em 8 milhões de hectares: FOI IMPLEMENTADO EM 12 MILHÕES DE HECTARES;**
- 4. Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 5,5 milhões de hectares: ATINGIU 11 MILHÕES DE HECTARES;**
- 5. Expansão do plantio de florestas em 3,0 milhões de hectares: FORAM ALCANÇADOS ENTRE 1,5 MILHÃO E 2 MILHÕES DE HECTARES;**
- 6. Tratamento de dejetos animais de 4,4 milhões de m³: ATINGIU 30 MILHÕES DE M³.**



A partir destes resultados, com tecnologias de produção sustentável, o Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, chamado de **Plano ABC+ (2020-2030)**, tem a meta de reduzir a emissão de carbono equivalente em 1,1 bilhão de toneladas no setor agropecuário até 2030. O valor é sete vezes maior do que o plano definiu em sua primeira etapa (2010-2020).

A meta do **Plano ABC+ (2020-2030)** é expandir a área com tecnologias ABC para 72 milhões de hectares até 2030. Um incremento de 103% em relação à década anterior.

4.2 HISTÓRICO DO PLANO ABC DO ESTADO DA BAHIA (2010-2020)

O Estado da Bahia, publicou a resolução SEAGRI/BA nº 01 de 07/09/2013, no Diário Oficial do Estado em 08/09/2013 que dispõe sobre o Plano Estadual de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas na Agricultura para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono da Bahia (Plano ABC BA), para o período 2010 – 2020;

A primeira versão do Plano foi produto de uma parceria formulada na primeira resolução publicada pela SEAGRI/BA em 2013, cuja elaboração contou com a participação de 21 (vinte e uma) instituições, da esfera pública e privada, que constituíram o Grupo Gestor Executivo do Plano ABC (2010-2020), sendo elas: SEAGRI/BA, EBDA, ADAB, SFA/MAPA, OCEB, CEPLAC, MDA, BB, BANCO DO NORDESTE, CONAB, CEPLAC, EMBRAPA, FAEB, IBAMA, INSTITUTO BIOFÁBRICA DE CACAU, INSTITUTO CABRUCA, UFRB, SENAR, AIBA, ABAF e INEMA.

No início dos trabalhos, foi destacado que o setor agropecuário poderia contribuir, relevantemente, para reduzir as emissões de gases poluentes, principalmente por meio da expansão das atividades agropecuárias e florestais em áreas degradadas ou em recuperação e o Governo Federal por meio do Plano de Agricultura de Baixa emissão de Carbono – ABC colocava à disposição da agropecuária baiana uma série de alternativas tecnológicas capazes de minimizar a emissão de gases de efeito estufa.

O ABC visava dar ao produtor rural, condições para que ele realize os investimentos necessários e incorpore essas tecnologias ao longo do processo produtivo. O Plano foi uma parte importante do compromisso voluntário de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), assumido pelo Brasil na 15^a Conferência das Partes – COP15, ocorrida em Copenhague, no ano de 2009.

A ideia de lançar o Plano ABC Bahia foi fundamentada em um novo modelo de produção, tendo em vista o uso de práticas produtivas de manejo, com ações redutivas de emissão de carbono, colocando o Estado da Bahia na vertente mundial de uma agropecuária mais limpa, com vantagens competitivas para o agronegócio estadual.

.....

O eixo estratégico de sua construção foi baseado nas seis tecnologias de produção constantes no Plano Nacional do ABC. Para cada uma das tecnologias foi definido um conjunto de ações e metas a serem desenvolvidas nos períodos 2013 a 2015 e 2016 a 2020, pelas diversas instituições parceiras, e que denotavam o esforço a ser empreendido pelo Estado para viabilizar o desenvolvimento de uma agricultura de baixo carbono e, ao mesmo tempo, contribuir para o alcance das metas nacionais estabelecidas.

Na primeira fase do Programa ABC Bahia (2010-2020), as metas planejadas foram:

I – recuperar 1.000.000 (um milhão) de hectares de pastagens degradadas no Estado da Bahia;

Resultado:

II – estimular a ampliação de áreas com Plantio Direto na palha em 400.000 (quatrocentos mil) hectares;

Resultado:

III – ampliar e regionalizar o sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta, considerando os diferentes biomas da Bahia em 265.000 (duzentos e sessenta e cinco mil) hectares;

Resultado:

IV – introduzir espécies fixadoras de nitrogênio em sistemas agrícolas e agroflorestais, nos diversos biomas da Bahia; promover a melhoria da eficiência da FBN em áreas em atividade e expandir, em 370.000 (trezentos e setenta mil) hectares, as áreas de fixação biológica de nitrogênio;

Resultado:

V – estimular a formação de Florestas Produtivas e de Preservação em 600.000 (seiscentos mil) hectares;

VI – ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 10.000 (dez mil) m³ de dejetos de animais.

Ao longo do primeiro ciclo do Plano ABC do Estado da Bahia entre 2010 e 2020, observou-se o grande desafio de monitorar as metas pactuadas no Plano, bem como mensurar a implementação das tecnologias propostas.

De acordo com as pesquisas realizadas no Banco Central e no Observatório da Agropecuária, foi possível coletar informações e mensurar o número de contratos firmados na linha do Programa do Plano ABC no Estado da Bahia entre 2013 e 2020, conforme tabelas e mapas a seguir:

Tabela 1: Quantidade de Contratos Firmados no Estado da Bahia do Programa ABC entre 2013 e 2020.

EXPORTAR DADOS							
PROGRAMA	SUBPROGRAMA	ESTRATIFICAÇÃO		INVESTIMENTO	INDUSTRIALIZAÇÃO	CUSTO	TOTAL
				01/01/2013 - 01/12/2020	01/01/2013 - 01/12/2020	01/01/2013 - 01/12/2020	
	Nível	...	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	
Abc – Programa para redução da emissão de gases de efeito estufa na agropecuária	Açaí, Cacau, Oliveira, Nogueira (Mcr 13-7-1-C-X)	Total	Exibir 0	17	0	0	17
	Adequação e/ou regularização ambiental	Total	Exibir 0	8	0	0	8
	Financiamento com Recursos dos Fundos Constitucionais	Total	Exibir 0	1	0	0	1
	Florestas	Total	Exibir 0	62	0	0	62
	Integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais	Total	Exibir 0	13	0	0	13
	Plantio direto	Total	Exibir 0	349	0	0	349
	Recuperação de pastagens	Total	Exibir 0	954	0	0	954
	Sem Subprograma	Total	Exibir 0	1.398	0	0	1.398
	Sistemas Orgânicos	Total	Exibir 0	2	0	0	2
			0	2.804	0	2.804	

As informações apresentadas são provenientes do Banco Central do Brasil.

Última atualização: 14 de julho de 2023 às 17:20:37.

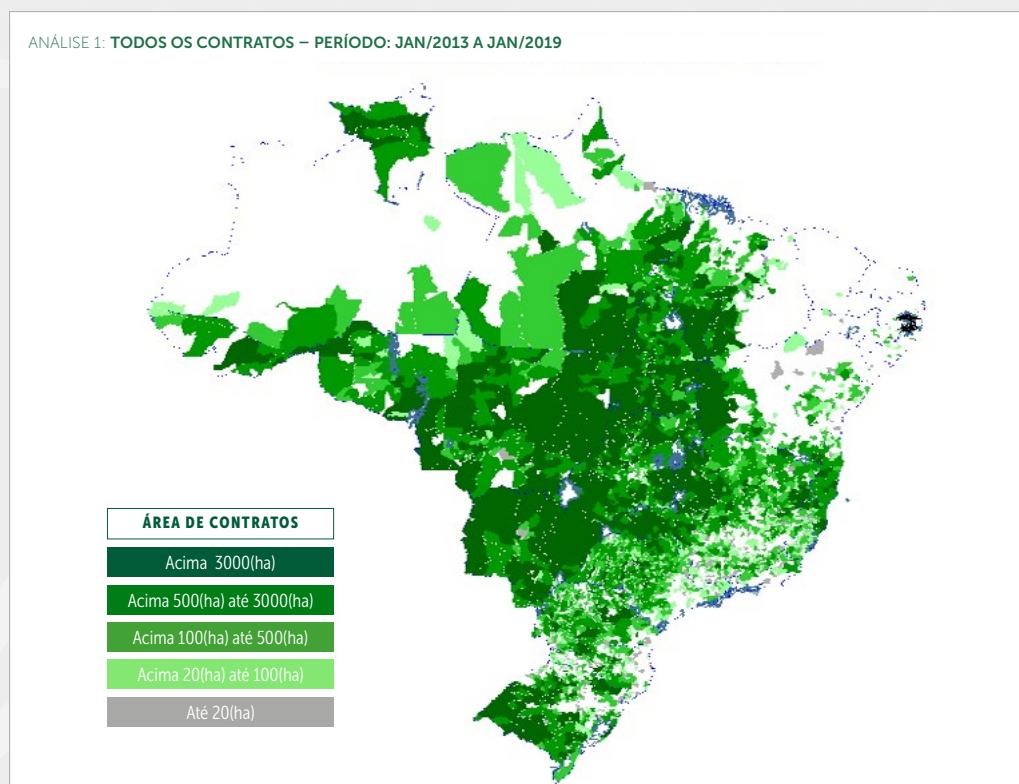
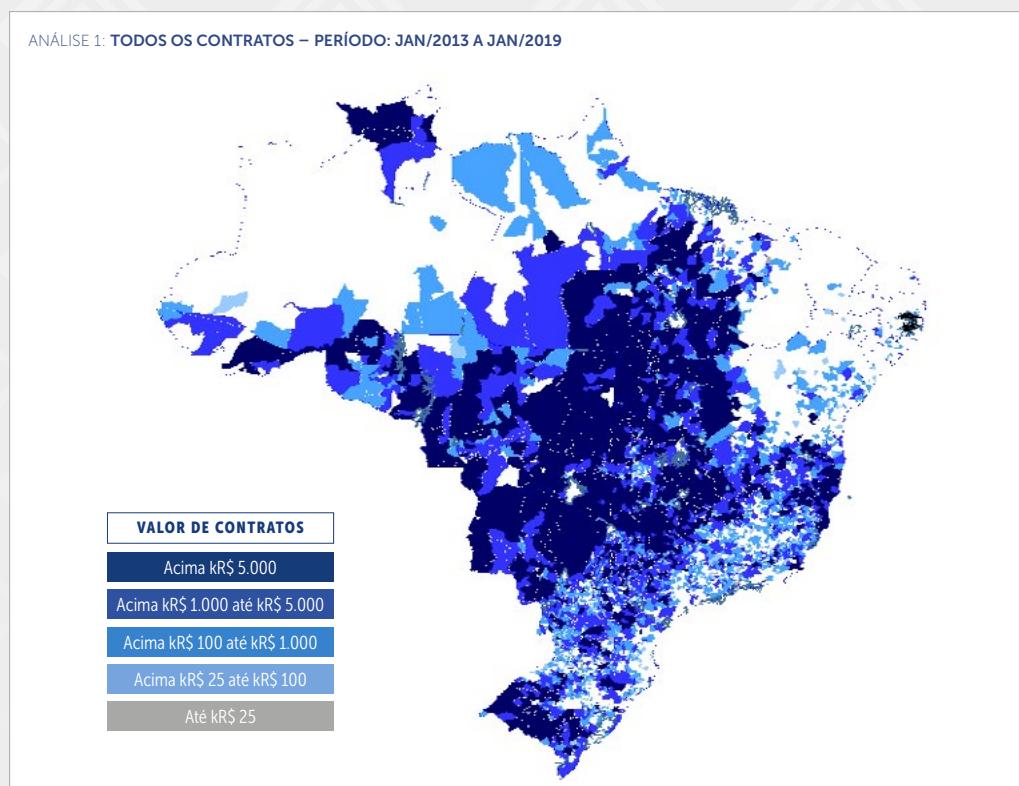
Tabela 2: Valores Financiados no Estado da Bahia via Programa ABC entre 2013 e 2020.

EXPORTAR DADOS							
PROGRAMA	SUBPROGRAMA	ESTRATIFICAÇÃO		INVESTIMENTO	INDUSTRIALIZAÇÃO	CUSTO	TOTAL
				01/01/2013 - 01/12/2020	01/01/2013 - 01/12/2020	01/01/2013 - 01/12/2020	
	Nível	...	Valor	Valor	Valor	Valor	
Abc – Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária	Açaí, Cacau, Oliveira, Nogueira (Mcr 13-7-1-C-X)	Total	Exibir 0	4.280.980,03	0	0	4.280.980,03
	Adequação e/ou regularização ambiental	Total	Exibir 0	6.075.546,48	0	0	6.075.546,48
	Financiamento com Recursos dos Fundos Constitucionais	Total	Exibir 0	2.000.000	0	0	2.000.000
	Florestas	Total	Exibir 0	42.851.032,88	0	0	42.851.032,88
	Integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais	Total	Exibir 0	5.591.869,3	0	0	5.591.869,3
	Plantio direto	Total	Exibir 0	365.337.545,06	0	0	365.337.545,06
	Recuperação de pastagens	Total	Exibir 0	309.611.809,35	0	0	309.611.809,35
	Sem Subprograma	Total	Exibir 0	460.864.068,53	0	0	460.864.068,53
	Sistemas Orgânicos	Total	Exibir 0	418.166	0	0	418.166
			0	1.197.031.017,63	0	1.197.031.017,63	

As informações apresentadas são provenientes do Banco Central do Brasil.

Última atualização: 14 de julho de 2023 às 17:20:37.

Mapa 1: Contratos Plano ABC no Brasil (2010-2020).



Fonte do mapa: Relatório Técnico do Consultor do Plano ABC do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.



No ano de 2022, deu-se o início à segunda fase do **Plano ABC+ Bahia (2023-2030)**, sendo publicada a portaria 042/2022 no DOE de 15/07/2022, instituindo o Grupo Gestor, contando com a participação de 21 instituições, sendo SEAGRI/BA, SECTI/BA, SFA-BA/MAPA, OCT, ABAF, Arapyaú, BB, Caixa, UESC, Embrapa, UFRB, FAEB, Viverde, CONAB, Cabruba, Ceplac, UFOB, IF Baiano, IFBA, AIBA e Fundação BA, ficando a cargo da SEAGRI/BA a coordenação do Grupo Gestor no Estado da Bahia. A portaria foi novamente atualizada em 2023 e o GGE do **Plano ABC+ Bahia** conta no momento com 23 instituições.



5. Agricultura, Pecuária e Florestas Plantadas

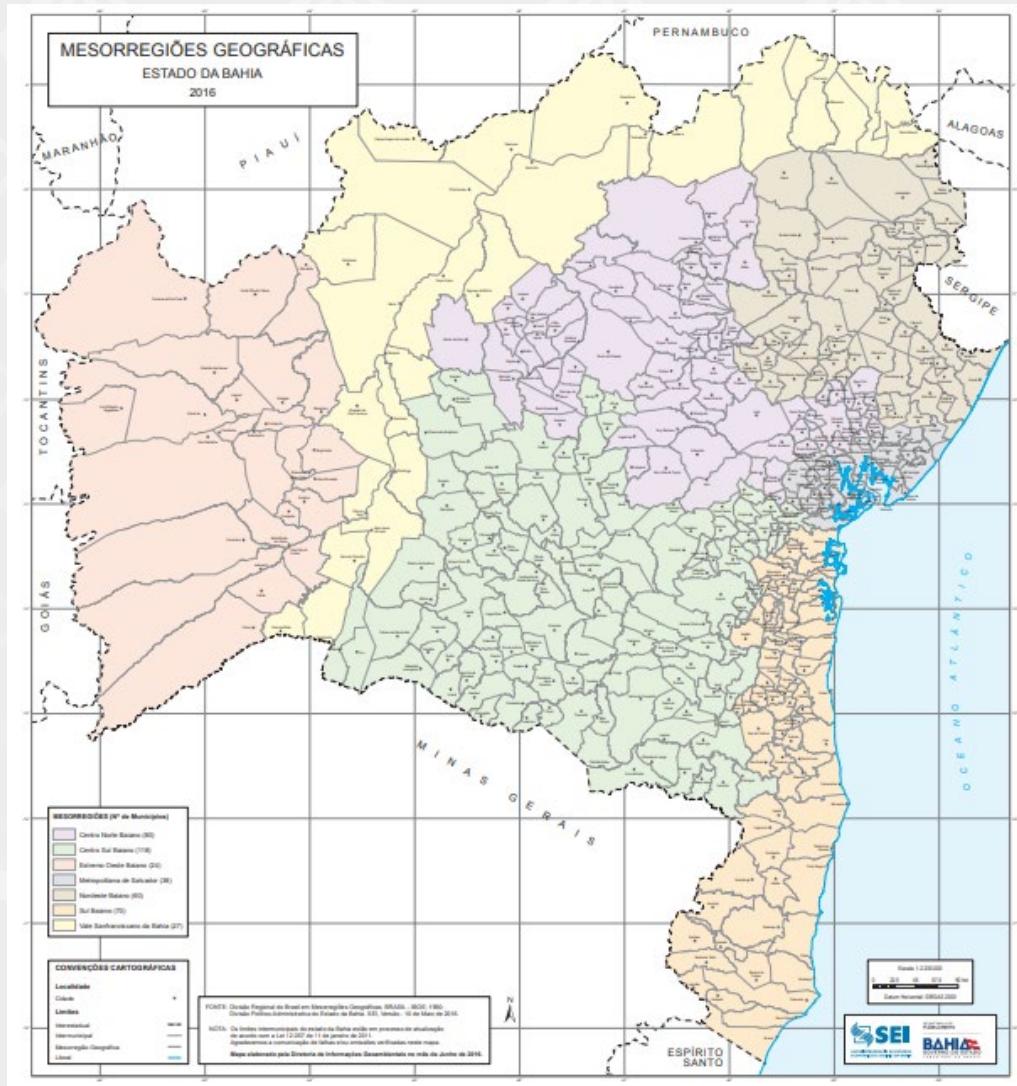
no Estado da Bahia e o ABC+ (2020-2030)



O Estado da Bahia possui uma população, estimada em 2022, de 14.659.023 de habitantes, 4º do Brasil, 1º do NE em termos populacionais, e com uma Densidade populacional 25,96

Hab/Km². A Bahia caracteriza-se pela diversidade geomorfológica, variando desde o clima tropical úmido ao semiárido quente, o que reflete na sua agropecuária, a qual exerce papel essencial no crescimento econômico, representando aproximadamente 1/3 do PIB do estado, empregando 1/3 da população ativa, e, é responsável por aproximadamente 50% das exportações baiana, entretanto, este setor enfrenta importantes desafios situados entre aumento da produção e redução de impactos ambientais.

Mapa 2: Mesorregiões do Estado da Bahia



O semiárido ocupa **68% do território da Bahia**, o que equivale a uma área de cerca de 480,9 mil km², 85,2% do território, com uma população de mais de 7,4 milhões de pessoas, distribuídas em aproximadamente 283 municípios.

A Bahia se destaca como um produtor ativo de diversas culturas, é a terra das oportunidades, pois, possui grandes áreas disponíveis para plantio com baixo valor de aquisição, uma localização estratégica, diversificado potencial de recursos naturais e de energia, oferta local de matérias primas e commodities, pólos e distritos industriais com infraestrutura, suporte tecnológico: universidades e centros de pesquisa, confiabilidade político-administrativa, qualidade de vida, finanças públicas equilibradas e incentivos fiscais.

Ano após ano, safra após safra, confirmam a grande potencialidade do agronegócio no estado, o qual vem crescendo e se consolidando como um dos setores mais sólidos e promissores da economia e de grande importância econômica e social.

.....

Abrangendo toda a cadeia de produção, estocagem, industrialização e comercialização de insumos, produtos agrícolas e pecuários, indo da produção a exportação, e, com um amplo potencial de ampliação. É o setor com maior capacidade de geração de empregos e negócios, onde seu maior desafio é a busca constante de elevação dos índices de produtividade atrelado à sustentabilidade dos sistemas de produção, o que envolve aspectos ambientais e sociais, bem como o desenvolvimento de mecanismos para agregação de valor.

A tecnologia de precisão está cada vez mais presente no campo, uso e a difusão de novos métodos e forte aderência às práticas multidisciplinares com a busca de soluções nas diferentes áreas do conhecimento, com objetivo e responsabilidade pela colocação do alimento na mesa da população, dedicado a homens e mulheres, cujo trabalho no campo contribui para o crescimento da economia e sustento da população das cidades.

Para tanto, os avanços tecnológicos têm sido aliados nesse sentido, onde a produtividade do setor tem aumentado rapidamente nas últimas duas décadas. Portanto, praticar a sustentabilidade e a agricultura de precisão é a chave do sucesso, proporcionando o aumento da produção de alimentos e melhoria na segurança alimentar, garantindo o suprimento das necessidades de nossa geração e das gerações futuras, adotando práticas responsáveis e que respeitam o meio ambiente.

A tabela 3, apresenta o crescimento do Valor Bruto da Produção Agropecuária da Bahia -VBP, o qual retrata os resultados dos avanços alcançados pelo Estado, evidenciando o levantamento e a evolução da agropecuária na Bahia e representa o seu faturamento na produção.

Tabela 3: Valor Bruto da Produção Agropecuária do Estado da Bahia.

LAVOURAS	2015	2016	2017	2018
Algodão	3.800.601.249	3.422.541.358	3.395.002.778	5.351.283.900
Amendoim	23.176.710	20.697.920	15.043.616	16.916.100
Arroz	12.741.666	11.714.305	10.599.729	11.046.400
Banana	2.810.768.632	4.324.316.876	2.532.172.783	1.681.732.100
Batata - inglesa	810.366.685	1.033.518.074	556.419.286	479.090.000
Cacau	1.385.465.775	1.963.928.176	1.008.702.901	1.852.574.800
Café Total	2.645.028.689	1.734.223.778	2.235.536.247	2.498.584.000
Café Arábica	1.787.213.635	1.130.263.593	808.009.409	1.275.416.000
Café conilon	857.815.053	603.960.185	1.427.526.837	1.223.168.000
Cana-de-açúcar	748.831.416	789.074.530	461.462.111	599.654.400
Cebola	1.070.845.009	1.096.364.695	577.900.028	-
Feijão	2.215.749.562	1.534.348.539	1.035.681.532	483.070.000
Fumo	58.509.988	62.211.888	-	-
Laranja	1.095.998.805	792.147.840	798.304.604	632.672.400
Mamona	109.140.355	73.587.349	47.095.915	74.506.700
Mandioca	119.612.484	115.234.181	1.815.288.314	914.311.000
Milho	4.859.752.806	2.654.628.577	1.660.140.625	1.722.171.800
Pimenta-do-reino	204.051.992	225.091.347	204.150.276	-
Soja	9.047.101.541	6.650.180.746	8.820.104.925	11.235.510.700
Tomate	2.013.356.001	1.193.394.734	803.232.700	565.446.800
Trigo	3.525.455	24.550.670	3.045.932	39.232.700
Uva	394.385.920	386.734.438	243.642.898	352.491.400
Total Lavouras	33.429.010.738	28.108.490.020	26.223.527.201	28.510.298.000
Bovinos	5.368.741.904	4.713.979.360	4.689.291.193	4.693.211.000
Suínos	77.677.308	71.908.309	76.520.551	63.260.500
Frango	1.407.855.546	1.454.944.036	1.426.260.103	1.518.011.200
Leite	470.030.462	637.292.345	749.482.829	851.834.100
Ovos	431.414.557	392.849.762	269.194.225	221.602.500
Total Pecuária	7.755.719.777	7.270.973.811	7.210.748.901	7.347.919.500
Total Lav.+ Pec.	41.184.730.515	35.379.463.831	33.434.276.102	35.858.217.500

Fonte Produção: Lavouras: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, maio/2023, e para Algodão, Conab (ver nota na planilha algodão); Pecuária: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais; Pesquisa Trimestral do Leite. Produção de Ovos de Galinha. Considerou-se para o ano em curso a produção dos últimos 4 trimestres.

Fonte Precos: Cepea/Esalq/USP, CONAB e FGV/FGVDados; Precos Recebidos pelos Produtores média anual para os anos fechados e para 2023, precos médios de janeiro a maio.

PREÇOS CONAB para: Algodão, Amendoim, Arroz, Banana, Batata – inglesa, Cacau, Cana-de-açúcar, Cebola, Feijão, Fumo, Laranja, Mamona, Mandioca, Milho, Pimenta-do-reino, Soja, Tomate, Uva, Bovinos, Suínos, Leite e Ovos; PREÇOS CEPEA/ESALQ/USP para: Café, Maçã, Trigo e Frango; Café refere-se ao café arábica tipo 6, bebida dura para melhor e café robusta tipo 6, peneira 13 acima, com 86 defeitos; maçã refere-se a maçã gala nacional.

OBS: Devido a descontinuidade da informação pela FGV/FGVDados, comunicado da FGV em 24/04/2017, foram usados preços da FGV até dez/2016. A partir desta data os produtos, que antes eram informados pela FGV, passaram a ser substituídos pelos preços da Conab. E pelo IBGE, descontinuidade de cebola, pimenta-do-reino e maçã, a partir de janeiro/2018.

* Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV - maio/2023. Elaboração: CGPOP/DAEP/SPA/MAPA.

Valores em R\$*

	2019	2020	2021	2022	2023
928	5.503.070.515	5.556.951.968	6.124.208.119	6.311.651.491	6.114.820.507
717	17.470.256	17.193.623	16.890.802	14.963.244	17.115.170
439	-	-	1.314.371	1.149.625	1.301.735
781	2.638.338.494	2.045.230.712	1.896.916.453	2.465.429.363	2.692.644.909
383	751.930.377	669.192.903	878.670.127	1.089.670.664	988.096.994
820	1.648.630.303	1.978.070.087	2.196.736.059	1.495.223.641	1.628.966.446
647	1.587.673.771	2.478.963.357	2.636.067.188	3.577.904.065	2.567.409.095
149	781.367.325	1.468.272.899	1.253.508.825	2.024.812.764	1.216.303.493
497	806.306.446	1.010.690.458	1.382.558.363	1.553.091.301	1.351.105.602
439	513.484.664	600.831.122	814.220.555	953.758.118	729.849.242
	-	-	-	-	-
308	1.460.035.240	1.569.839.362	888.114.974	1.226.840.510	1.408.877.939
	-	-	-	-	-
427	409.728.050	374.634.939	400.550.128	335.887.744	516.612.943
763	105.742.064	128.049.227	93.359.777	124.259.977	101.048.408
290	401.731.395	387.114.280	333.454.611	526.495.590	878.164.084
818	1.433.246.069	2.742.914.028	3.394.170.546	3.340.240.569	2.936.692.051
	-	-	-	-	-
708	9.313.806.961	13.094.595.698	18.045.765.413	19.154.198.114	16.230.357.466
883	897.941.818	751.137.422	551.331.339	511.918.106	585.660.849
173	38.037.265	26.363.367	51.801.112	62.659.005	51.795.202
481	410.252.796	262.175.310	249.920.299	310.984.066	385.266.288
004	27.131.120.039	32.683.257.407	38.573.491.871	41.503.233.893	37.834.679.328
093	5.007.488.690	5.190.679.221	5.200.408.110	5.092.217.470	4.769.875.124
534	77.941.537	101.032.025	136.070.452	165.463.495	176.219.884
237	1.884.664.962	1.873.203.709	2.212.005.908	2.251.976.414	2.059.824.946
147	911.392.906	1.171.693.623	1.181.191.208	1.170.143.142	1.163.841.741
554	204.447.714	284.829.834	348.417.525	390.837.351	459.658.753
666	8.085.935.808	8.621.438.411	9.078.093.203	9.070.637.872	8.629.420.448
570	35.217.055.847	41.304.695.818	47.651.585.074	50.573.871.765	46.464.099.775

5.1. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Os avanços tecnológicos têm sido aliados nesse sentido, onde a produtividade do setor tem aumentado rapidamente nas últimas duas décadas; a exemplo da soja que a Conab já confirmou maior produtividade do Brasil na safra 2022/23.

Na agricultura, o Estado da Bahia é o maior produtor de grãos da Região Nordeste; nas culturas de soja, algodão e milho. Líder nacional na produção de manga, cacau, maracujá guaraná e sisal, destacando-se também na produção algodão, banana, uva, coco, melão, dentre outras.

Na pecuária, a Bahia possui áreas propícias para expansão da pecuária leiteira, com plantas industriais já instaladas em torno de 150 registradas com SIM, SIE E SIF; rebanho adaptado à região tropical, produção de leite a pasto e mercado em expansão x demanda reprimida na produção; alto controle sanitário do rebanho leiteiro, programas sanitários (brucelose, tuberculose, raiva e aftosa), cabe ressaltar que a Bahia em 2024 deverá ser livre de febre aftosa sem vacinação, fato que deveremos muito comemorar uma vez que este trabalho se iniciou em 1968 com a criação do Gerfab. Esses fatores, entre outros, fazem com que a Bahia se apresente como um estado com grande potencialidade para realização de investimentos produtivos no setor da pecuária de corte.



Na tabela abaixo estão relacionadas as culturas permanentes e temporárias, Florestas Plantadas e Pastagens.

Tabela 4: Área destinada a culturas anuais, permanentes, florestas plantadas.

BAHIA DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS	ÁREA (ha)
Culturas temporárias ⁽¹⁾	-	3.224.102 ⁽¹⁾
Culturas permanentes ⁽¹⁾	-	922.265 ⁽¹⁾
Pastagens Total⁽²⁾		15.962.201
Degradação Severa :	-	3.426.820
Degradação Moderada:	-	6.104.882
Sem Degradação:	-	6.430.499
Florestas plantadas⁽¹⁾		576.431
Eucalipto	-	576.428
Outras espécies	-	3
Rebanhos ⁽¹⁾		
Bovino	11.755.096	-
Bubalino	22.503	-
Equino	440.055	-
Suíno – total	992.753	-
Suíno – matrizes de suínos	167.710	-
Caprino	3.359.915	-
Ovino	4.247.960	-
Galináceos – total	50.214.128	
Galináceos – galinhas	7.680.374	
Codornas	175.076	

Fonte: (1) IBGE -Ano: 2021 – (2) Mapbiomas 2021

Assim, são ressaltados alguns destaques, como os grãos onde a Bahia produzirá 13,3 milhões de toneladas de grãos na safra 22/23, segundo a CONAB. Estima-se que deverão ser cultivados 3,76 milhões de hectares com lavouras de grãos no estado da Bahia, o que representa um aumento de 3,1% em relação à área cultivada da safra anterior. A

expectativa de produção é de 13,3 milhões de toneladas de grãos e 592 mil toneladas de fibras, um aumento em relação ao ciclo anterior de 9,0% e 10,9% respectivamente.

A colheita da soja foi finalizada neste mês. Boa parte do milho 1^a safra ainda não foi colhido devido à queda das cotações, ficando armazenado na planta. A colheita do algodão está em atraso comparada ao ciclo passado, gerando um alerta em relação à obediência do calendário fitossanitário estabelecido. As lavouras de 3^a safra já estão com 50% das áreas plantadas.

A cultura que teve o maior aumento de produtividade foi a mamona, justificado pelo aumento na proporção das áreas manejadas com um maior pacote tecnológico, principalmente cultivadas com uso da irrigação. De forma geral, as culturas de 1^a safra também apresentaram evolução dos índices de produtividade, exceto o feijão caupi, cultivado com pouca intensidade de tecnologia, que teve adversidade climática em etapas fundamentais do ciclo da cultura.

Os principais aumentos de área observados devem ocorrer com as culturas do trigo, feijão cores 1^a safra e do milho 1^a safra com acréscimos de 42,9%, 28,7% e 13,5%, respectivamente. No caso do trigo observa-se a resolução de gargalos comerciais com a consolidação de um novo cenário de demanda para o produto na região Extremo Oeste do estado aliado à percepção do produtor de benefícios agronômicos na produção com relação a redução de nematoides e melhoria da saúde dos solos; em relação ao feijão, pouca produção, a expectativa de frustração de safra no Sul do país e a tendência de alta nas cotações foram os principais fatores que influenciaram o aumento da área cultivada; com relação ao milho, a abertura de novas áreas é justificada pela conjuntura do mercado do grão com os produtores acreditando na manutenção das condições de preço e demanda.

No café, a Bahia é referência em qualidade e destaque em prêmios Internacionais, onde a Bahia demonstra excelentes vantagens competitivas para a conquista de mercados mais exigentes, destacando-se na produção de cafés especiais, cada vez mais procurados em todo o mundo, consolidando assim o mercado baiano de cafés especiais, e, como vantagens comparativas, podemos elencar o clima favorável, três pólos de produção, diferentes tipos de bebidas, produção crescente de café orgânico e cafés finos.

A fruticultura no Estado representa uma boa alternativa de negócios com diversas oportunidades de investimentos para os diferentes níveis da cadeia produtiva. Os produtores baianos têm tido êxito no atendimento das normas de qualidade requeridas tanto pelo mercado interno, como o mercado externo, especialmente dos Estados Unidos, União Européia e Mercosul. As perspectivas de expansão da Fruticultura Tropical na Bahia são excelentes devido ao clima favorável, áreas disponíveis para irrigação e à possibilidade de obtenção de duas ou mais safras/ano.

O Vale do São Francisco destaca-se como o maior polo de fruticultura do Brasil, gerando cerca de 240 mil empregos diretos no campo, com faturamento anual de R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 800 milhões em exportação de manga e uva, representando 90% da manga e 98% da uva exportada, com 132.784 ha de área plantada e cultivada em sistema de irrigação localizada.

Além da produção de frutas tropicais, o clima propiciado pela altitude da Chapada Diamantina tem atraído produtores para o cultivo de frutas como ameixa, morango, caqui e uva para produção de vinhos finos – frutas típicas de regiões de clima temperado – diversificando ainda mais a atividade no estado. O padrão tecnológico atingido demonstra o uso das adoções da prática de irrigação, de manejo, novas variedades, a qualidade das sementes e mudas, bem como os cuidados com a defesa fitossanitária e com as atividades pós-colheita, elevando a fruticultura baiana a um elevado patamar.

No cacau, o destaque está na transformação e mercado em alta, contemplando o maior potencial do país para produzir e processar cacau, fazendo o processamento primário de 95% da safra nacional (transformação da amêndoas em torta, manteiga e licor). Possuímos todos os elos da cadeia produtiva do cacau e do chocolate, desde a produção de amêndoas, passando pelo processamento, até chegar à produção do chocolate, sendo destaque no ranking nacional, sem esquecer do cacau irrigado do cerrado, que tem apresentado resultados promissores, onde o uso da tecnologia tem contribuído para aumento da produção de cacau.

Exportações:

A diversidade produtiva Baiana faz com que o Estado apresente pólos produtivos importantes, a exemplo da região Oeste, onde se produz a soja e o algodão e o Vale do São Francisco, com as frutas, sobretudo Manga e Uva. A Bahia é o sétimo maior produtor de soja, contudo possui condições produtivas favoráveis, o que leva a ter a maior produtiva deste grão. Sendo o segundo maior produtor de Algodão, o Estado também se destaca, como tendo a melhor qualidade de pluma e grande aceitação no mercado têxtil. Nas frutas, é o quarto maior produtor de Uva do País e o segundo maior produtor de Manga, sendo que esta é grande parte importada ao mercado Europeu.

Os cinco principais setores exportadores do agronegócio foram: 1 – complexo soja (US\$ 3,42 bilhões; 53,65% de participação), 2- produtos florestais (US\$ 1,23 bilhões; 19,29% de participação); 3- fibras e produtos têxteis (US\$790,5 milhões; 12,37% de participação); 4- café (US\$ 202,7 milhão; 3,17% de participação); e cacau e seus subprodutos (US\$ 196,3 milhão; 3,07% de participação). Estes cinco setores foram responsáveis por 91,55% do valor total exportado pela Bahia em produtos do agronegócio em 2022, o que significou um aumento de participação de 27,53% comparado a 2021. Na relação com as exportações brasileiras como um todo, a Bahia contribuiu, em 2022, com 4,02% do total exportado de US\$ 159 bilhões.

Tabela 5: Bahia – Principais produtos do agronegócio exportados em 2022.

AGRUPAMENTO TRANSAÇÃO	AGRONEGÓCIO	
	EXPORTACAO	PARTICIPAÇÃO%
SETOR(ES)	VALOR(US\$)	PARTICIPAÇÃO%
Total	-	100,00%
Complexo soja	3.428.140.249	53,65%
Produtos florestais	1.232.570.538	19,29%
Fibras e produtos têxteis	790.502.220	12,37%
Café	202.784.995	3,17%
Cacau e seus produtos	196.373.876	3,07%

AGRUPAMENTO TRANSAÇÃO	AGRONEGÓCIO	
	EXPORTACAO	PARTICIPAÇÃO%
SETOR(ES)	VALOR(US\$)	PARTICIPAÇÃO%
Frutas (inclui nozes e castanhas)	163.744.306	2,56%
Cereais, farinhas e preparações	95.816.038	1,50%
Couros, produtos de couro e peleteria	77.673.878	1,22%
Chá, mate e especiarias	43.555.989	0,68%
Carnes	34.452.416	0,54%
Sucos	28.574.499	0,45%
Pescados	26.526.440	0,42%
Produtos oleaginosos (exclui soja)	26.381.795	0,41%
Fumo e seus produtos	19.564.911	0,31%
Demais produtos de origem animal	7.254.159	0,11%
Demais produtos de origem vegetal	6.397.857	0,10%
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	4.741.316	0,07%
Produtos apicolas	3.418.261	0,05%
Produtos alimentícios diversos	534.136	0,01%
Bebidas	201.767	0,00%
Rações para animais	120.832	0,00%
Lácteos	112.557	0,00%
Animais vivos (exceto pescados)	67.528	0,00%
Complexo sucroalcooleiro	7.629	0,00%
Plantas vivas e produtos de floricultura	255	0,00%

Fonte: Agrostat/Mapa (2022)

5.2. PRODUÇÃO PECUÁRIA

1. Avicultura:

Na pecuária, um dos principais destaques positivos na Bahia foi para os galináceos (grupo que engloba frangos para corte e galinhas poedeiras). Entre 2018 e 2019, o plantel desses animais passou de 44,2 milhões para 51,1 milhões, mostrando um crescimento de 16%.

Foi o terceiro maior incremento do país, tanto em números absolutos quanto em taxa de crescimento, e fez como que o efetivo baiano de galináceos atingisse, no ano passado, seu patamar recorde nos 45 anos da Pesquisa da Pecuária Municipal — PPM.

O Brasil se destaca no que se refere ao crescimento da sua avicultura e no seu papel como grande produtor e exportador global, lembrando que a cadeia produtiva de aves é bastante diversificada e complexa, composta por diversas empresas distribuídas nos setores de produção, industrialização e comercialização. Transformações tecnológicas aliado as técnicas de produção intensiva e o desenvolvimento de genética adaptada contribuíram para o avanço da avicultura no Brasil.

Nos últimos anos, a participação dos países na produção de carne de frango tem apresentado poucas alterações. Os Estados Unidos mantém-se na primeira posição no ranking mundial e com crescimento da sua produção seguido do Brasil, China e União Europeia — participam com cerca de 60% da produção mundial.

O aumento no consumo de carne de frango ano após ano, pode ser devido à queda do preço do produto por meio dos ganhos tecnológicos ou ainda ao crescimento da produção nos últimos anos, conforme demonstrado pelo IBGE. Alguns dos benefícios gerados pela avicultura no Estado podem ser vistos devido principalmente ao estímulo à pequena propriedade, permitindo uma melhor distribuição de renda e incentivo ao produtor.

Ressalta-se as crescentes exigências em relação a sanidade, tanto do mercado mundial quanto no mercado interno, assim, as pesquisas em sanidade avícola estarão fortemente voltadas para novas técnicas e tecnologias de detecção rápida de patógenos emergentes e exóticos de alto risco para a saúde humana e animal. Como tem se observado em alguns países, a tendência de suspensão do uso de antibióticos na criação de aves,

crescerá a necessidade de antecipar a detecção de possíveis problemas causados pela produção animal sem uso de antibióticos e resistência antimicrobiana.

A ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia/ E a ABA/ Associação Baiana de Avicultura **vem desenvolvendo estratégias de desenvolvimento da atividade, assegurando os melhores níveis de qualidade para o segmento da criação de aves no Estado**, que hoje conta com mais de 50 milhões de aves e está na oitava posição entre os dez maiores produtores do país.

Destaca-se também, que, em relação a Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), o MAPA reforça que a produção comercial no país segue livre da doença. Portanto, o status sanitário do Brasil e da Bahia continuam como Livre de IAAP perante a Organização Mundial de Saúde Animal. Vale salientar que a Influenza Aviária não é transmitida através da ingestão de carne de frango e ovos, podendo a população consumir esses produtos normalmente. Também não há quaisquer problemas quanto ao abastecimento de carne e ovos na Bahia ou no Brasil.



A carne de frango apresenta grande potencial de consumo no mundo, e no Brasil tem sido uma preferência nacional. A grande oferta do produto no território nacional e os preços relativamente acessíveis e estáveis, quando comparada a outras proteínas, derivadas de outras espécies, tornaram-no uma das proteínas mais digeridas no país. A avicultura industrial no Brasil, responsável por 98% da oferta de frango, vem passando por uma extraordinária revolução tecnológica, de modo que os ganhos de produtividade vêm batendo sucessivos recordes ano após ano.

A redução excepcional no tempo de abate (de 112 dias para 41 dias), o aumento no peso por animal abatido (de 1,5 kg para 2,8 kg), o melhoramento genético das matrizes, alimentação e nutrição dos animais, melhorias sanitárias e combate a doenças, a melhoria no manejo e outras variáveis, favoreceram enormemente a atividade e a colocaram entre as melhores do mundo. Tanto a produção quanto às exportações e o consumo per capita projetados para 2023 são recordes históricos.

Com relação à carne de frango, a produção deverá alcançar neste ano de 2023 deverá ser superior a do ano de 2022, 46,5 milhões de cabeças.

A avicultura de corte na Bahia, hoje, é desenvolvida principalmente na microrregião de Feira de Santana e região oeste, Luís Eduardo Magalhães, existindo, a necessidade de expansão em outras áreas, possibilitando condições de suprir principalmente ao mercado interno, e, possibilitando ao Estado, o desenvolvimento de um importante player na avicultura possibilitando um bom desenvolvimento da atividade tanto na produção como no acesso aos mercados doméstico e internacional.

.....

A criação de novos polos avícolas trará benefícios socioeconômica a região, principalmente no que tange a sobrevivência e o desenvolvimento de milhares de famílias da região, além de traduzir em números a sua grandeza para a economia do Estado, e, fundamental para a melhoria da alimentação dos baianos.

Assim, a carne de frango têm sido itens cada vez mais presentes na mesa da população do Bahia, registrando, ano a ano, aumentos significativos no consumo, além do aspecto social destacável no setor é o uso de mão-de-obra intensiva, o que, quase com certeza, torna a avicultura a maior geradora de empregos de toda a agropecuária.

Além da aptidão natural do Estado para a produção de alimentos, o status sanitário de seus plantéis de aves também contribuem para essa posição privilegiada da Bahia, sendo o Brasil, um dos poucos países produtores de aves no mundo que nunca registrou foco de Influenza Aviária.

De acordo com o relatório da ABPA, em 2022 a Bahia abateu 0,83 do total nacional, que foi de 5,629 bilhões de cabeças. Assim, considerando que a produção brasileira de carne de frango, em 2022 foi de 14,524 milhões de toneladas, e a Bahia foi responsável por 0,83% do total, ou seja, Com uma população de 14.9 milhões habitantes e um consumo per capita nacional de 45,2 kg por habitante, podemos deduzir que a produção baiana só atende a 17% da necessidade do Estado, ou seja, o estado apresenta um déficit de 83%.

Acredita-se em uma melhora no índice de desenvolvimento do município a nível estadual e federal, atrelado à existência da atividade produtiva do setor avícola, como já ocorrido em outros municípios brasileiros. Os benefícios sociais da avicultura não se limitam aos empregos e renda gerados. Na cidade, as carnes de frango são fundamentais para a garantia de segurança alimentar. São três das proteínas mais consumidas no Brasil — a carne de frango detém o maior índice de consumo per capita. Esse é um papel que os setores exercem em mais de 150 nações em todo o mundo. Para a avicultura não há fronteiras para a segurança alimentar.

2. Bovinocultura:

Na bovinocultura baiana possui um rebanho de aproximadamente 11,7 milhões de cabeças, o que corresponde a aproximadamente 37,54% do rebanho do Nordeste, e 5,23% do rebanho nacional, colocando a Bahia em sétimo lugar no ranking nacional. A grande extensão territorial permite a existência de uma diversificada gama de formações vegetais, o que possibilita a criação de bovinos a pasto — o chamado “boi verde” — através do sistema de pastejo rotacionado, como também o confinado e semiconfinado nas regiões produtoras de grãos do Oeste. Esse leque variado de alternativas permite a produção do novilho super precoce com alto lucro, agregando valor à carne de qualidade superior.

Em 2021, a produtividade do leite na Bahia cresceu pelo sétimo ano consecutivo e chegou a novo recorde para o estado: 1,202 mil litros por vaca ordenhada.



**O ano de 2021 foi
majoritariamente positivo
para a pecuária baiana,
segundo os resultados da
(PPM), realizada pelo IBGE
desde 1974.**

A Bahia possui áreas propícias para expansão da pecuária leiteira, com plantas industriais já instaladas; rebanho adaptado à região tropical, produção de leite a pasto, e, mercado em expansão x demanda reprimida na produção; alto controle sanitário do rebanho leiteiro, programas sanitários (brucelose, tuberculose, raiva e aftosa). Esses fatores, entre outros, fazem com que a Bahia se apresente como um estado com grande potencialidade para realização de investimentos produtivos no setor da pecuária de corte.



Vale destacar que o gado de corte, que se caracteriza por uma maior musculosidade, ganho de peso e rendimento de carcaça, representa 80% do rebanho bovino baiano, 36,2% do rebanho do Nordeste (1º lugar no ranking), predominando as mestiçagens de Nelore, sendo que as principais regiões produtoras caracterizam-se por possuir, em maior número, criadores com rebanhos puros desta raça e taxa de DESFRUTE de 16%, (a taxa de desfrute mede a capacidade do rebanho em gerar excedente, ou seja, representa a produção – em arrobas ou cabeças – em um determinado espaço de tempo em relação ao rebanho inicial. Quanto maior a taxa de desfrute, maior a produção interna do rebanho).

O Estado da Bahia possui o maior rebanho do país de ovinos e caprinos e uma área bastante representativa situada principalmente na Região do Semiárido, estimada em dois terços do seu território total, com potencial para desenvolvimento da atividade leiteira. O leite produzido apresenta elevada digestibilidade, com mercados crescentes e diferenciados para queijos especiais, leite e derivados.

Outros fatores também contribuem para o desenvolvimento dessa atividade no estado: raças adaptadas, pesquisas de melhoramento animal, tecnologia de produção crescente de queijos especiais. Os pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) possuem a habilidade de aproveitar as espécies forrageiras existentes na vegetação natural com maior nível de eficiência, sendo, portanto, os animais mais adaptados para exploração econômica nesse ecossistema. Outra vantagem desta atividade, refere-se ao valor diferenciado dos seus produtos quanto as suas qualidades intrínsecas.

Carnes com baixo nível de colesterol, leite de cabra de alto valor biológico nutricional e peles consideradas finas, destinadas à confecção de vestuário, calçados e bolsas de alta cotação no mercado.

3. Ovinocaprinocultura

O Estado da Bahia reúne, portanto, condições extremamente favoráveis para abrigar investimentos em Ovinocaprinocultura, principalmente na Região do Semiárido, que possui terras com preços ainda acessíveis, vegetação natural abundante com bom valor forrageiro, ideais para o desenvolvimento de sistemas abertos com baixo custo, oportunidades para implantação de parque industrial para frigoríficos, laticínios, couro e peles, máquinas e equipamentos.

A Bahia possui o maior rebanho do país de caprinos e ovinos e contempla uma área bastante representativa situada principalmente na Região do Semiárido, com potencial para desenvolvimento da atividade leiteira. O leite produzido apresenta elevada digestibilidade, com mercados crescentes e diferenciados para queijos especiais, leite e derivados. Outros fatores também contribuem para o desenvolvimento dessa atividade no estado: raças adaptadas, pesquisas de melhoramento animal, tecnologia de produção crescente de queijos especiais. Os pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) possuem a habilidade de aproveitar as espécies forrageiras existentes na vegetação natural com maior nível de eficiência, sendo, portanto, os animais mais adaptados para exploração econômica nesse ecossistema. Outra vantagem desta atividade, refere-se ao valor diferenciado dos seus produtos quanto as suas qualidades intrínsecas. Carnes com baixo nível de colesterol, leite de cabra de alto valor biológico nutricional e peles consideradas finas, destinadas à confecção de vestuário, calçados e bolsas de alta cotação no mercado.

**O Estado da Bahia reúne, portanto, condições
extremamente favoráveis para abrigar investimentos
em Ovinocaprinocultura, principalmente na Região do
Semiárido, que possui terras com preços ainda acessíveis,
vegetação natural abundante com bom valor forrageiro,
ideais para o desenvolvimento de sistemas abertos com
baixo custo, oportunidades para implantação de parque
industrial para frigoríficos, laticínios, couro e peles,
máquinas e equipamentos.**

.....

5.3. PRODUÇÃO DE FLORESTAS PLANTADAS, SISTEMAS AGROFLORESTAIS E ILPF

Implantar o Plano Estadual de uma Agricultura de Baixo Carbono, Plano ABC – Bahia, vai de encontro ao atual modelo de exploração agropecuária e, hoje, a evolução do setor requer mudanças de paradigmas de produção, de forma a atender as exigências de uma nova ordem mundial, caracterizada pela globalização de mercados e consolidação de uma consciência ambiental, que impõem novos e maiores requisitos á dimensão ambiental e social das atividades agropecuárias.

Vale destacar que a Bahia é referência e tem se destacado como grande polo florestal, por suas excelentes condições de clima e solo – que colocam o Estado em uma posição de destaque ante o mercado internacional –, preocupação ambiental e disposição econômica para atrair grandes negócios e proporcionar geração de emprego e renda.

Este setor de base florestal produz e processa madeira para diversos setores o demandam nos seus processos produtivos, a exemplo da construção civil, da indústria de papel e celulose, a metalúrgica, energia de biomassa, a secagem de grãos do agronegócio, madeira e móveis, entre outros.

De acordo com a Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (Abaf), são mais de 500 empresas, 222 mil empregos diretos e indiretos e cerca de 1 bilhão de dólares em exportações só em 2022. São empresas que atuam na indústria celulose e papel (papel, papelão, celulose de fibra curta, celulose solúvel/especial, entre outros), na indústria de madeira sólida (madeira serrada, madeira tratada, móveis de madeira etc) e na indústria de material energético (carvão vegetal biomassa/ pellets e resíduos da atividade florestal). A madeira utilizada é plantada e é considerada uma matéria-prima renovável, reciclável e amigável ao meio ambiente, à biodiversidade e à vida humana.

Os números do setor de base florestal são economicamente expressivos, se tornam ainda mais relevantes quando consideradas as práticas sustentáveis adotadas pelas empresas responsáveis. Atualmente, 100% do papel produzido e toda a madeira para



fins industriais são de origem de florestas plantadas com a finalidade comercial. São aproximadamente 600 hectares de áreas reflorestadas por meio de plantio de mudas cultivadas atendendo a um plano de manejo sustentável. A prática recupera espaços degradados e reduz os impactos ambientais, atendendo assim, a forte demanda dos consumidores na busca por produtos sustentáveis. Entre as empresas que se destacam citamos a Suzano, referência global na fabricação de bioproductos desenvolvidos a partir do cultivo de eucalipto. Instalada há 30 anos no estado, é uma das companhias que tem a sustentabilidade como parte da sua estratégia de negócio. Já a Bracell investe em programas voltados à pesquisa e proteção dos recursos hídricos, do solo, da mata nativa e da fauna silvestre.

5.3.1 — FLORESTAS PLANTADAS — FP

A Bahia tem se destacado como grande polo florestal, por suas excelentes condições edafoclimáticas, que colocam o Estado em uma posição de destaque ante o mercado internacional. Segundo IBGE — Produção Agrícola Municipal, o Estado possui aproximadamente 600 mil hectares de plantações florestais (sendo aproximadamente 577 mil hectares de Eucalipto, e 24,3 mil de seringueira). Vale destacar que a expressiva presença de plantios de eucalipto (94% do total), coloca a Bahia em 5º lugar no ranking nacional de cultivo com a espécie.

No estado há áreas plantadas com outras espécies, em menor proporção, porém com representatividade dentro dos seus segmentos. Os plantios de seringueira (24,3 mil ha), por exemplo, utilizados na indústria da borracha (látex), posicionam o estado no segundo lugar nacional em área plantada com a espécie, atrás apenas de São Paulo.

Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (ABAF) reúnem mais de 500 mil hectares com ecossistemas florestais nativos que são destinados à proteção e preservação ambiental, ou seja, o setor florestal tem 0,7 hectare preservado para cada hectare de produção, portanto mais que o dobro pelo exigido pelo Código Florestal brasileiro.

O Estado apresenta vantagens naturais comparativas inigualáveis para o desenvolvimento deste setor, como a taxa de crescimento dos Eucalipto, que é 11 vezes maior do que as espécies cultivadas em clima frio, Insolação e precipitação favoráveis, domínio da tecnologia em produção de celulose de Eucalipto, acesso marítimo fácil, mercado externo favorável, período de rotação (7 anos) e produtividade média superior a várias espécies cultivadas no mundial, para eucalipto.

A contribuição da Bahia é de suma importância no desenvolvimento do setor florestal nacional. No Estado há quatro principais polos produtivos, destacando-se pela produção de celulose, celulose solúvel, papel, madeira tratada, carvão vegetal e lenha para o processamento de grãos; levando ao interior mais empregos qualificados, renda, impostos e contribuições ambientais de elevada significância:

- 1. Região Sul/Extremo Sul do estado** (destinação principalmente para celulose e papel,

- 2. Litoral Norte** (destinados a produção de energia, serrarias/ tratamento de madeira, madeira para siderurgia, além da indústria de celulose,

- 3. Oeste da Bahia** (voltados a atendem ao agronegócio -produção de grãos (soja/milho), para a geração de energia que é utilizada para a secagem e madeira tratada para construção civil, cercas, currais etc, e,

- 4. Sudoeste** (voltados a atendem serrarias, madeira tratada para cercas e currais, além de papel e celulose do Sul da Bahia.)



Produtos florestais estão na segunda posição da pauta de exportação do Estado, totalizando em 2022 o montante de US\$ 1,2 bilhão, o que representou 19,29 % das exportações baiana do agronegócio, sendo que celulose e celulose solúvel responderam pela maior parte dessas exportações (99%). Vale ressaltar que, devido ao maior consumo de produtos de higiene pessoal e limpeza ocorridos em razão da pandemia de covid-19, houve um impacto positivo no setor de celulose e papel, que vem se conservando.

As condições edafoclimáticas favoráveis juntamente com os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) florestal, especialmente nas áreas de silvicultura e manejo refletem nos altos níveis de produtividade das florestas plantadas no estado. Na Bahia, onde atuam importantes players do setor, os níveis de produtividade médios das florestas de eucalipto ultrapassam os 30 m³/ha.ano. Em alguns casos os incrementos superam 40 m³/ha.ano, o que confirma o desenvolvimento tecnológico da silvicultura local, que é tratada como benchmarking internacional.

Destaca-se também o acordo de cooperação técnica entre ADAB (Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia) e ABAF (Associação Baiana das Empresas de Base Florestal) para efetivação do Programa Fitossanitário de Controle da Lagarta Parda (PFCLP), praga que atinge plantações diversificadas das regiões Sul e Extremo Sul do estado, e que pode provocar graves prejuízos econômicos caso não seja monitorada e controlada. A parceria entre as entidades foi iniciada em 2015 conseguiu bons resultados no controle do inseto nativo das regiões e que afeta com maior intensidade o eucalipto, o café e o cacau. Este trabalho também tem atuação em temas relativos à educação ambiental em diversas comunidades rurais e escolas, a exemplo do Sul e Extremo Sul da Bahia.

Destaca-se também a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) a qual tem contribuído na distribuição de mão-de-obra é mais uniforme durante o ano bem como na melhoria das condições de vida promovida pela diversidade de produção, uma vez que, as árvores no sistema funcionam como quebra-vento, mantêm a umidade do solo, aumentam a fixação de nutrientes, restauram as propriedades químicas, físicas e microbiológicas do solo, melhorando a qualidade da cultura agrícola ou pasto, bem como aumenta a renda do agropecuarista, resulta em maior estabilidade econômica, e segurança das futuras gerações para dar sucessão a atividade no campo, além do conforto técnico proporcionado ao rebanho.

Ressalta-se que a ABAF conta com a participação das empresas associadas e também das associações regionais em cada polo produtor do estado da Bahia.

Bahia. Atualmente, a associação possui projetos a serem desenvolvidos em parceria com o governo do Estado da Bahia, que visam preparar o Estado para atender à crescente demanda por madeira no Brasil e no mundo, com ações de atração de novos investimentos, sejam em ampliações ou novas indústria.

Como agenda positiva, vemos o Plano Bahia Florestal contemplará, em linhas gerais, a ampliação da área em pelo menos o dobro da atual, o fortalecimento da cadeia produtiva de madeira na Bahia; a atração de novos investimentos; uso múltiplo da madeira; maior inclusão dos pequenos e médios produtores e processadores de madeira; instalação de um Polo moveleiro, indústria química de derivados da celulose, Incentivo de novas fronteiras agroindustriais que podem se beneficiar das infraestruturas em torno da Ferrovia de Integração Oeste – Leste (Fiol), da Centro-Atlântica (FCA) e do Porto Sul, além da recuperação de áreas degradadas.

5.3.2 SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Segundo a EMBRAPA, em geral os sistemas agroflorestais — SAFs são usados para recuperação ambiental são sistemas produtivos que podem se basear na sucessão ecológica, análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal pré estabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas, e, é interessante principalmente para a agricultura familiar porque traz vantagens econômicas, sociais e ambientais. Em geral, nos SAFs são realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados permanentemente e em diversos estratos. SAFs otimizam o uso da terra, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola.

Na Bahia, sobre Experiências bem-sucedidas de sistemas agroflorestais foi produzido pela Embrapa Mandioca e Fruticultura (Cruz das Almas-BA) um projeto do SAF, o qual apresentou uma importante função social — a de fixação do homem ao campo devido

principalmente ao aumento da demanda de mão-de-obra e sem sazonalidade, ou seja, a sua distribuição é mais uniforme durante o ano, e ao aumento da melhoria das condições de vida, promovida pela diversidade de produção (produtos agrícolas, florestais e animais). Outra vantagem é a utilização sustentável dos recursos naturais que, aliada a uma menor dependência de insumos externos, resulta em maior segurança alimentar e economia, tanto para os agricultores como para os consumidores.

No Baixo Sul da Bahia, os sistemas agroflorestais estão predominantemente instalados em propriedades da agricultura familiar, sendo SAFs convencionais, onde se cultivam cacau, a banana, seringueira, cupuaçu, mas coexistem também os SAFs biodiversos ou agroecológicos, que apresentam inúmeras combinações e possibilidades de arranjos de espécies de acordo com os objetivos da propriedade. A complexidade estrutural das espécies no SAF permite grande aporte de biomassa e nutrientes, além de sequestro de carbono, proteção do solo, entre outros.

DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS:

.....

- Como desafios, podemos destacar os impactos da sustentabilidade, a transição para economia de baixo carbono, bem como, a segurança e eficiência energética para redução de emissões de CO₂.
 - Entretanto, vale destacar que o uso da tecnologia no Estado, vem se expandindo no campo, com uso adoção de mais ferramentas de agricultura de precisão, maior conectividade e incorporação de IoT (internet das coisas) na produção, além da rastreabilidade de produtos e minimização do impacto ambiental.
 - Ainda temos muito a trabalhar para reduzir os desperdícios da produção, logística de entrega, excesso de burocracias nos processos para a exportação e importação dos produtos, dentre outros.
 - A SEAGRI tem buscado articular com todos os setores agropecuários para facilitar a inserção de novos investimentos no Estado, bem como a manutenção e ampliação dos existentes.
-



.....



5.4. DADOS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA BAHIA (ANO — 2020/IBGE)

5.4.1. PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA BAHIA — Culturas Anuais de Destaque (ano — 2020/IBGE) (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>)

Tabela 1612: Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias

Ano 2020	Unidade da Federação - Bahia		
	VARIÁVEL	ÁREA COLHIDA (Hectares)	QUANTIDADE PRODUZIDA (Toneladas)
Abacaxi*	2499	41806	16729
Algodão herbáceo (em caroço)	313648	1462803	4664
Alho	609	6953	11417
Amendoim (em casca)	3977	5297	1332
Arroz (em casca)	480	744	1550
Batata-doce	970	7954	8200
Batata-inglesa	7910	390789	49404
Cana-de-açúcar	75038	5449639	72625
Cebola	6335	224803	35486
Feijão (em grão)	336117	194060	577
Fumo (em folha)	7946	12247	1541
Mamona (baga)	44733	35174	786
Mandioca	94864	706887	7452
Melancia	13462	186719	13870
Melão	2673	65675	24570
Milho (em grão)	577377	2646955	4584
Soja (em grão)	1622475	6078010	3746
Sorgo (em grão)	67081	127809	1905
Tomate	4223	228267	54053
Trigo (em grão)	3000	17000	5667

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2020

5.4.2. Produção Agrícola da BAHIA — Culturas Permanentes de Destaque (ano — 2020/IBGE) (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>)

Tabela 1613: Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes

Ano 2020	Unidade da Federação - Bahia		
PRODUTO DAS LAVOURAS PERMANENTES	ÁREA COLHIDA (Hectares)	QUANTIDADE PRODUZIDA (Toneladas)	VARIÁVEL
			RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO (Quilogramas por hectare)
Abacate	277	1316	4751
Algodão arbóreo (em caroço)	-	-	-
Açaí	1674	5445	3253
Azeitona	-	-	-
Banana (cacho)	64912	785061	12094
Borracha (látex coagulado)	23627	22872	968
Borracha (látex líquido)
Cacau (em amêndoas)	410076	107499	262
Café (em grão) Total	119549	244259	2043
Café (em grão) Arábica	78709	118172	1501
Café (em grão) Canephora	40840	126087	3087
Caju
Caqui	25	189	7560
Castanha de caju	15466	4017	260
Chá-da-índia (folha verde)	-	-	-
Coco-da-baía*	36173	288192	7967
Dendê (cacho de coco)	13060	37143	2844
Goiaba	2089	43202	20681
Guaraná (semente)	5538	1642	296
Laranja	48732	595404	12218
Limão	6030	70189	11640
Mamão	9579	368109	38429
Manga	26874	470487	17507
Maracujá	17412	197160	11323
Marmelo	4	17	4250
Palmito	3239	7326	2262
Pimenta-do-reino	3035	9268	3054
Sisal ou agave (fibra)	93376	81124	869
Tangerina	1303	10907	8371
Urucum (semente)	1862	1743	936
Uva	2043	55872	27348

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2020.

5.4.3. PRODUÇÃO PECUÁRIA DA BAHIA – REBANHOS (ano – 2020/IBGE) [\(https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939\)](https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939)

Tabela 3939: Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho	
Ano 2020	Unidade da Federação - Bahia
VARIÁVEL - EFETIVO DOS REBANHOS (CABEÇAS)	
TIPO DE REBANHO	NÚMERO DE CABEÇAS
Bovino	9748632
Bubalino	20092
Equino	496415
Suíno – total	1078368
Suíno – matrizes de suínos	181132
Caprino	3645234
Ovino	4706437
Galináceos – total	47712933
Galináceos – galinhas	6844334
Codornas	195746

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal

5.4.4. PRODUÇÃO ANIMAL DA BAHIA (ano – 2020/IBGE) <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/74>; <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/abate/tabelas> e <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1086>)

Tabela 74: Produção de origem animal, por tipo de produto	
Ano 2020	Unidade da Federação - Bahia
VARIÁVEL - PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL	
TIPO DE PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL	QUANTIDADE
Leite (Mil litros)	1.064.599
Ovos de galinha (Mil dúzias)	97.019
Ovos de codorna (Mil dúzias)	1.364
Mel de abelha (Quilogramas)	5.009.839

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal

5.4.5 PRODUÇÃO DE FLORESTAS PLANTADAS BAHIA

Área por espécie florestal (ano — 2020/IBGE) (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>)

Tabela 5930: Área total existente em 31/12 dos efetivos da silvicultura, por espécie florestal

Ano 2020	Unidade da Federação - Bahia
VARIÁVEL - ÁREA TOTAL EXISTENTE EM 31/12 DOS EFETIVOS DA SILVICULTURA (HECTARES)	
ESPÉCIE FLORESTAL	HECTARES
Total	584373
Eucalipto	584370
Pinus	-
Outras espécies	3

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

5.4.6. PRODUTOS DA SILVICULTURA

(ano — 2020/IBGE) (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/291>)

Tabela 289: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo

Ano 2020	Unidade da Federação - Bahia
VARIÁVEL - QUANTIDADE PRODUZIDA NA EXTRAÇÃO VEGETAL	
TIPO DE PRODUTO EXTRATIVO	QUANTIDADE
7.1 – Carvão vegetal (Toneladas)	45659
7.2 – Lenha (Metros cúbicos)	1683888
7.3 – Madeira em tora (Metros cúbicos)	182889
1.1 – Carvão vegetal (Toneladas)	167317
1.1.1 – Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	167317
1.2 – Lenha (Metros cúbicos)	436498
1.2.1 – Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	436498
1.3 – Madeira em tora (Metros cúbicos)	13184552
1.3.1 – Madeira em tora para papel e celulose (Metros cúbicos)	13079511
1.3.1.1 – Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose (Metros cúbicos)	13079511
1.3.2 – Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	105041
1.3.2.1 – Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	105041

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

O plantio comercial de árvores, destinado ao uso industrial ou à produção de carvão vegetal, é uma das ações para a mitigação das ações climática e possui quatro objetivos básicos: programar uma fonte de renda de longo prazo para o produtor (quando se trata de um pequeno agricultor); aumentar a oferta de madeira para fins industriais (celulose e papel, móveis e painéis de madeira), energéticos (carvão vegetal e lenha), construção civil e outros usos; reduzir a pressão sobre as matas nativas; e avaliar a possibilidade de certificar para geração de VCU (Unidades Verificadas de Carbono) para o mercado, reduzindo os efeitos do aquecimento global.

Para esse fim, serão necessárias as seguintes ações articuladas para o Plano Operativo — Plano ABC+ do Estado da Bahia 2023/2030, que serão construídas após o lançamento do Plano ABC+ Bahia 2023-2030:

FLORESTA PLANTADA								
Resultados/ Ações	Localização Geográfica	Instituição Responsável	Parceiros	Produto	Metas			Un. de Medida
					2020 /25	2026 /30	Total	
R5 — FORMAÇÃO DE FLORESTAS PRODUTIVAS E DE PRESERVAÇÃO								
5.1 Incentivar Pesquisas para produzir materiais genéticos de alta produtividade e fomentar produção de mudas e sementes nativas	Todos os Biomas: Mata Atl. Caatinga Cerrado			Mudas Florestais Produção: pinus, eucalipto, acácia, paricá, seringueira, teca etc				un
				Mudas Floresta Nativa				
5.2 Capacitar técnicos e produtores	Todos os Biomas: Mata Atl. Caatinga Cerrado			Material Didático				un
				Nº Técnicos Capacitados				
5.3 Diversificar as espécies utilizadas das Florestas de Produção (Quais espécies?)	Todos os Biomas: Mata Atl. Caatinga Cerrado			Mudas espécies Nativas Obs. Desenvolver plantios comerciais como Pau D' Arco, Umburama etc				un
5.4 Identificar e mapear áreas estratégicas no Estado levando em conta os aspectos econômicos, sociais e ambientais	Todos os Biomas: Mata Atl. Caatinga Cerrado			Mapeamento das áreas estratégicas				%
5.5 Promover a avaliação para a inclusão da cultura do sisal e de outras culturas como atividade florestal	BA			Nota Técnica endereçada ao MAPA				un
Promover a regularização ambiental								

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

5.4.7. DADOS DOS ANIMAIS ABATIDOS — BOVINOS (ano — 2020/IBGE)

Tabela 1092: Número de informantes, Quantidade e Peso total das carcaças dos bovinos abatidos, no mês e no trimestre, por tipo de rebanho e tipo de inspeção

VARIÁVEL - ANIMAIS ABATIDOS (CABEÇAS)

Unidade da Federação — Bahia																
Referência temporal — Total do trimestre																
Tipo de rebanho bovino	Trimestre x Tipo de inspeção															
	1º trimestre 2020				2º trimestre 2020				3º trimestre 2020				4º trimestre 2020			
	Total	Fed.	Est.	Mun.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Total	Fed.	Est.	Mun.
Total	248823	60637	186092	2094	242320	X	192442	X	233746	X	186147	X	230161	X	174662	X
Bois	173388	X	121922	X	171402	X	127897	X	187083	X	143620	X	190871	X	138741	X
Vacas	64683	X	55557	X	66781	X	61274	X	41984	X	38381	X	34988	X	31957	X
Novilhos	4803	-	X	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
Novilhas	5949	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	-	X	X	X	-
Vitelos e vitelas

Fonte: IBGE — Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

5.4.8. DADOS DO PESO TOTAL DE CARCAÇAS (ano — 2020/IBGE)

Tabela 1092: Número de informantes, Quantidade e Peso total das carcaças dos bovinos abatidos, no mês e no trimestre, por tipo de rebanho e tipo de inspeção

VARIÁVEL - PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (QUILOGRAMAS)

Unidade da Federação — Bahia																
Referência temporal — Total do trimestre																
Tipo de rebanho bovino	Trimestre x Tipo de inspeção															
	1º trimestre 2020				2º trimestre 2020				3º trimestre 2020				4º trimestre 2020			
	Total	Fed.	Est.	Mun.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Total	Fed.	Est.	Mun.
Total	64825224	16833887	47608964	382373	64068864	X	50244743	X	64157269	X	50592846	X	65059942	X	48654028	X
Bois	49320585	14693573	34439875	187137	48728603	X	36238279	X	54147758	X	41427532	X	56696458	X	40971013	X
Vacas	13156681	X	11244497	X	14441096	X	13272627	X	9010217	X	8272521	X	7461087	X	6843835	X
Novilhos	1148185	-	X	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
Novilhas	1199773	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	-	X	X	X	-
Vitelos e vitelas

Fonte: IBGE — Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

5.4.9. DADOS DOS ANIMAIS ABATIDOS – SUÍNOS (ano – 2020/IBGE)

Tabela 1093: Número de informantes, Quantidade e Peso total das carcaças dos suínos abatidos, no mês e no trimestre, por tipo de inspeção

VARIÁVEL - ANIMAIS ABATIDOS (CABEÇAS)

Unidade da Federação – Bahia	Referência temporal – Total do trimestre			
	Trimestre			
Tipo de inspeção	1º trimestre 2020	2º trimestre 2020	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020
Total	30912	33056	38259	44822
Federal	X	X	X	X
Estadual	X	X	55557	X
Municipal

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

5.4.10. DADOS PESO TOTAL DE CARCAÇAS (ano – 2020/IBGE)

Tabela 1093: Número de informantes, Quantidade e Peso total das carcaças dos suínos abatidos, no mês e no trimestre, por tipo de inspeção

VARIÁVEL - PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (QUILOGRAMAS)

Unidade da Federação – Bahia	Referência temporal – Total do trimestre			
	Trimestre			
Tipo de inspeção	1º trimestre 2020	2º trimestre 2020	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020
Total	2892468	3176145	3518534	4138800
Federal	X	X	X	X
Estadual	X	X	55557	X
Municipal

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

5.4.11. DADOS DOS ANIMAIS ABATIDOS — FRANGOS (ano — 2020/IBGE)

Tabela 1094: Número de informantes, Quantidade e Peso total das carcaças dos frangos abatidos, no mês e no trimestre, por tipo de inspeção

VARIÁVEL - ANIMAIS ABATIDOS (CABEÇAS)

Tipo de inspeção	Trimestre			
	1º trimestre 2020	2º trimestre 2020	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020
Total	31832694	30633631	31922314	32850786
Federal	X	X	X	X
Estadual	20335751	19295610	20207155	21553557
Municipal

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

5.4.12. DADOS DO PESO TOTAL DE CARCAÇAS (ano — 2020/IBGE)

Tabela 1094: Número de informantes, Quantidade e Peso total das carcaças dos frangos abatidos, no mês e no trimestre, por tipo de inspeção

VARIÁVEL - PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (QUILOGRAMAS)

Tipo de inspeção	Trimestre			
	1º trimestre 2020	2º trimestre 2020	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020
Total	77680225	76429984	78135789	82059531
Federal	X	X	X	X
Estadual	47088507	46138721	46571325	51170220
Municipal

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais



6. Sistemas, Tecnologias e Metas de ampliação das tecnologias do ABC+ no estado da Bahia até 2030

O plano ABC+ é a segunda etapa do Plano ABC no Brasil, que foi realizado entre 2010 e 2020 e superou as expectativas mitigando cerca de 170 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente em uma área de 52 milhões de hectares, superada em 46,5% em relação à meta estabelecida para o Brasil, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

A nova etapa do Plano ABC+, ampliou as metas a serem atingidas para a mitigação de gases de efeito estufa. Além de estimular a regularização ambiental e o cumprimento do Código Florestal, o plano promove o ordenamento territorial e a preservação da biodiversidade na propriedade, na região e nas bacias hidrográficas, com uma abordagem integrada da paisagem das áreas produtivas, contempla novas tecnologias e ressalta a necessidade de trabalhar também com a resiliência dos recursos naturais.



6.1 METAS ESTABELECIDAS NO PLANO ABC + PARA O BRASIL (2020 — 2030)

- 1. Recuperar uma área de 30 milhões de hectares de pastagens** degradadas com potencial de redução de -113,70 milhões de CO₂eq;
- 2. Aumentar a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária- Floresta (iLPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs)** em 10,10 milhões de hectares, com potencial de redução de -72,01 milhões de CO₂eq;
- 3. Ampliar a utilização do Sistema Plantio Direto (SPD)** em 12,5 milhões de hectares, com potencial de redução de -12,99 milhões de CO₂eq;
- 4. Bioinsumos, Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN):** ampliar o uso da fixação biológica com meta de 13 milhões de hectares, com potencial de redução de -23,4 milhões de CO₂eq;
- 5. Promover as ações de reflorestamento no país,** expandindo a área com Florestas Plantadas, em 4 milhões de hectares, com potencial de redução de -510 milhões de CO₂eq;
- 6. Ampliar o uso de tecnologias** para tratamento de 208,4 milhões de m³ de dejetos de animais para geração de energia ou fertilizantes, com potencial de redução de -277,8 milhões de CO₂eq;
- 7. Abates em terminação intensiva,** a partir de técnicas que reduzem o ciclo de vida do boi, o que pode reduzir a emissão de metano com meta de 5 milhões de cabeças de gado, com potencial de redução de -16,25 milhões de CO₂eq;
- 8. Sistemas Irrigados, com o objeto de dar estabilidade à oferta de alimentos,** reduzindo vulnerabilidade a períodos de seca, por exemplo. A água de reúso na irrigação pode aumentar a matéria orgânica do solo e elevar a produtividade. Meta 3 milhões de hectares, com potencial de redução de -50 milhões de CO₂eq;

6.2 METAS ESTABELECIDAS NO PLANO ABC + BAHIA (2023 – 2030)

A Bahia é um estado de grande dimensão territorial, possui três biomas terrestres: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Todos três com significativa heterogeneidade, caracterizada pelas diferentes formações vegetais nativas, clima, solo, recursos hídricos, condições socioeconômicas e culturais.

O Cerrado é referência em produtividade agrícola com recordes em colheitas. Sua vegetação nativa composta por árvores com troncos tortuosos, gramíneas e pequenos arbustos que favorece o grande número de queimadas naturais durante a seca, mas também ocorrem de forma antrópica, ambas impactam negativamente pois contribuem para a emissão de gases de efeito estufa.

A Mata Atlântica na Bahia é responsável pela grande produção de *commodities* e boa parte da produção agrícola baiana, mas é destaque nacional como um dos estados de maior área desmatada do bioma, cuja devastação está relacionada à expansão da agropecuária e à falta de fiscalização.

A Caatinga faz parte do sertão semiárido do Nordeste, caracterizado por extenso período sem chuvas, pela imensa biodiversidade da fauna e flora. A agricultura apresenta realidades diferentes com perímetros irrigados ou em sistemas de sequeiro, propriedades rurais de grande, médio e, predominantemente, de pequeno porte com destaque para o cultivo de lavouras, criação de animais e atividades de extrativismo vegetal. Boa parte do ecossistema original foi alterada por desmatamento e queimadas para preparo da terra para a agropecuária, apresenta um alto percentual de áreas degradadas, propensas à desertificação.

Cada bioma com suas características específicas apresenta desafios para o setor agropecuário e, para seu desenvolvimento é necessário políticas públicas destinadas à recuperação, preservação e utilização sustentável dos recursos hídricos e da biodiversidade através da adoção das técnicas estabilizadoras do meio ambiente contempladas no Plano ABC e também na promoção da educação no espaço rural.

.....



EM CADA LINHA TECNOLÓGICA DO PLANO ABC+ É PROPOSTA A ADOÇÃO DE UMA SÉRIE DE AÇÕES QUE PROMOVAM A REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL RELACIONADO À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DE CADA BIOMA, COMO:

.....

- Divulgação do Plano ABC+ BA** através da promoção de eventos e elaboração de material institucional;
- Fortalecer o monitoramento e acompanhamento** das áreas que adotam práticas agroflorestais sustentáveis e a redução das emissões dos GEEs;
- Implantação de cursos de especialização** em Agricultura de Baixa Emissão de Carbono nas universidades estaduais e federais;
- Integração dos programas estaduais e federais** que têm interface com **Plano ABC**, como: Nordeste mais Sustentável, ABC + Agricultura Familiar, Selo Carbono + Verde (MAPA), Programa nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura, Projeto Cacau Cabruca (MAPA e FAO), FIP ABC Cerrado, Bahia + Verde (Governo da Bahia) e outros programas sinérgicos ao Plano ABC+;

- Premiação, monetária ou não monetária, de produtores rurais que adotarem as tecnologias do ABC+ com benefícios econômicos e de agregação de valor aos seus produtos;
- Cooperação estratégica internacional visando captação de recursos para ampliação das ações do Plano ABC+, considerando o aporte para o atendimento de metas a curto, médio e longo prazo;
- Promoção da educação ambiental rural nas escolas, sindicatos e associações, bem como a redução da desigualdade econômica e social da população rural baiana;
- Capacitação de técnicos da rede pública e privada para elaboração de projetos de financiamentos, taxonomia, monitoramento e maior aproveitamento para as tecnologias do Plano ABC+;
- Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural pública em todo o estado;
- Identificação das áreas estratégicas no uso das tecnologias do ABC+ no estado levando considerando as aptidões agronômicas;
- Estimulação dos produtores na adoção das linhas tecnológicas do ABC+;
- Mecanismos e incentivos para promover a regularização ambiental e fundiária dos empreendimentos;
- Elaboração de estratégias de transferência de tecnologia (TT),
- Divulgação do Plano ABC+ através de dias de campo, palestras, seminários, workshops e campanhas de divulgação;
- Chamadas públicas para contratação de serviços de Assistência Técnica pública ou privada, ou consultores e Extensão Rural (Ater), bem como para consultoria especializada em monitoramento, mensuração e verificação de emissão de gases de efeitos estufa para acompanhamento

assertivo dos resultados e evolução da implementação do Plano ABC+ no Estado da Bahia. Também estão previstas ações governamentais voltadas a oferecer incentivos econômicos e financiamento com juros e prazos diferenciados aos produtores para implantar os sistemas tecnológicos contemplados no Plano;

- Fortalecimento de sistemas de inteligência territorial:** monitoramento remoto, fiscalização e regulação;
 - Investimento em pesquisas agropecuárias e aperfeiçoamento** de políticas públicas e instrumentos que equacionam desenvolvimento econômico (produção agrícola) e sustentabilidade no campo, voltadas à inteligência territorial, como Zoneamento Ecológico e Econômico e Planos de Bacias Hidrográficas;
 - Exploração dos potenciais de arranjos produtivos locais com ênfase em produtos da biodiversidade;
 - Promoção da Certificação Ambiental** das propriedades rurais;
 - Promoção de instrumentos e selos de conformidade** para incentivar a adoção de práticas sustentáveis no campo;
 - Apoio ao uso da irrigação considerando o uso sustentável da água;
 - Ampliação do acesso ao crédito;
 - Fomento e incentivo financeiro para desenvolvimento e aperfeiçoamento de subprogramas associados às metas do Plano ABC +, com ênfase para o eixo da regulação climática, para promover medidas e ações convergentes ao sequestro e captura de gases de efeito estufa, incluindo as atividades relacionadas ao desmatamento e degradação evitados, colaborando na contenção do aquecimento global e desafios climáticos atrelados às contribuições nacionalmente determinadas (NDC), Acordo de Paris, PPCerrado, etc.

**A PARTIR DAS REUNIÕES
DO GRUPO GESTOR EXECUTIVO DO
PLANO ABC+ BAHIA (2023/2030),
FORAM PACTUADAS AS
SEGUINTE METAS:**

- 1.** Recuperar uma área de **0,085 milhões de hectares** de **pastagens degradadas**, o que corresponde a **0,28%** da meta nacional;
- 2.** Aumentar a adoção de sistemas de **Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF)** e de **Sistemas Agroflorestais (SAFs)** em **0,15 milhões de hectares**, o que corresponde a **1,48%** da meta nacional;
- 3.** Ampliar a utilização do **Sistema Plantio Direto Grãos (SPDG)** em **1,2 milhões de hectares**, o que corresponde a **9,60%** da meta nacional;

.....



.....

4. Bioinsumos, Fixação Biológica de Nitrogênio

(**FBN**): ampliar o uso da fixação biológica com meta de **2,9 milhões de hectares**, o que corresponde a **22,31%** da meta nacional;

5. Promover as ações de reflorestamento, expandindo a área com **Florestas Plantadas**, em **0,71 milhões de hectares**, o que corresponde a **17,75%** da meta nacional;

6. Ampliar o uso de tecnologias para tratamento de **8 milhões de m³** de **dejetos de animais** para geração de energia ou fertilizantes, o que corresponde a **3,84%** da meta nacional;

7. **Sistemas Irrigados**, com o objeto de dar estabilidade à oferta de alimentos, reduzindo vulnerabilidade a períodos de seca, por exemplo. Irrigação aumenta matéria orgânica do solo e eleva a produtividade. Meta **0,5 milhões de hectares**, o que corresponde a **16,67%** da meta nacional

8. Diminuir da vulnerabilidade e aumento da resiliência dos sistemas de produção agropecuários em **0,1 milhões de hectares**, o que corresponde a **0,14%** da meta nacional.



7. Operacionalização: Estratégias e Programas para implementação do ABC+ no Estado da Bahia



No Estado da Bahia, as instituições do Grupo Gestor Executivo — GGE, serão os principais articuladores e impulsionadores do Plano

ABC+ Bahia. Cada instituição, destacada em sua abrangência de atuação e perfil institucional, realizará ao longo do Plano ações de promoção e incentivo à execução das tecnologias propostas no Plano nos 27 territórios da Bahia.

A operacionalização, estratégia e implementação do Plano ABC+ na Bahia terá a SEAGRI como articuladora do processo de promoção do Plano. Para difundir e implementar as ações estratégicas e tecnologias do ABC+, a SEAGRI promoverá eventos em formato (*on line*, presencial e híbrido), a estará presente nas Feiras Agropecuárias que acontecem no Estado da Bahia para apresentar o Plano ABC+ Bahia em parceria com as instituições do GGE.

O GGE/BA fará intercâmbio com coordenadores dos GGEs objetivando estreitar as relações entre eles com a finalidade de promover a troca de experiências exitosas e de superação aos desafios enfrentados.

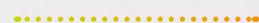
Será elaborado um projeto de capacitação do Plano ABC+ e preparado material de divulgação para ser distribuído em cursos e eventos do setor agropecuário, além de ficar disponível para consulta e download nos sites das instituições do GGE. No projeto serão previstos cursos referentes aos Produtos, Processos e Sistemas preconizados pelo Plano ABC+BA. Esta capacitação será direcionada para profissionais de nível técnico e superior para serem multiplicadores das tecnologias agropecuárias sustentáveis de baixa emissão de carbono.

As áreas abordadas serão: Práticas para recuperação/renovação de pastagens degradadas; Sistemas de Plantio Direto (SPDG e SPDH); Sistemas Irrigados; Terminação Intensiva de Bovinos de Corte; Sistemas Agroflorestais; Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta; Utilização de Bioinsumos e Manejo de Resíduos da Produção Animal. Estratégias de bioeconomia na agropecuária, transição energética, taxonomia etc; Instrumentos econômicos para agricultura sustentável.

O objetivo será de capacitar profissionais nas ferramentas contempladas pelo ABC+ para serem multiplicadores, em ferramentas específicas conforme a demanda territorial em cada tecnologia do Plano ABC+BA, além de oferecer conteúdo para implementação mais assertiva e obtenção de melhores resultados do Plano ABC+, dado o enfrentamento de desafios e condições singulares do Estado da Bahia, que abarca biomas (Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica), condições climáticas e territoriais distintas.



As capacitações serão realizadas pelas instituições do GGE, conforme demanda de cada território no Estado da Bahia, ampliando assim o quantitativo de profissionais capacitados, sem prejuízo da necessidade de contratação especializada para prestar suporte e oferecer conteúdo e material específico sobre mensuração, relato, monitoramento e verificação da emissão de gases de efeito estufa no Estado, proporcionando visão mais assertiva dos resultados e da evolução da implementação do Plano.





O Estado da Bahia tem ampliado e especializado os serviços de assistência técnica e extensão rural, por meio da Bahiater/SDR e de fomento no meio rural por meio da CAR/SDR.

A SEAGRI por meio do CETAB, têm apoiado no desenvolvimento de pesquisas e em ações de análises laboratoriais para o setor agropecuário, alem de promover a difusão de tecnologias, treinamento e capacitações de produtores rurais, técnicos e multiplicadores.

A SEAGRI IMPLANTARÁ AS CÂMARAS SETORIAIS E GRUPOS DE TRABALHO ESPECIALIZADAS, INCLUINDO A PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS, EMPRESAS, ESPECIALISTAS, ACADEMIA, PESQUISADORES E SOCIEDADE CIVIL, que englobam todo o setor produtivo (dentro e fora da porteira) do Estado da Bahia. Neste sentido, serão realizadas palestras, workshops, seminários e congressos de apresentação do Plano ABC+ Bahia em cada reunião das Câmaras, buscando pactuar novos compromissos de cada setor, readequando as metas previstas neste plano.

Além disso, a SEAGRI está elaborando o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Estado da Bahia, e um dos eixos contemplados será a ampliação das metas do Plano ABC+ Bahia 2023-2030, com ênfase para preservação do meio ambiente e sustentabilidade no campo, considerando o indispensável conceito da transversalidade ambiental nas políticas públicas adotadas e implementadas pelo Governo do Estado da Bahia.

A partir da parceria com as universidades, academia, pesquisadores e especialistas, será realizada a análise temporal com uso de sensoriamento remoto na identificação de solos expostos suscetíveis à desertificação no Estado da Bahia. A partir da identificação dessas áreas será possível acompanhar o nível de desmatamento no Estado da Bahia e canalizar esforços para a implantação de tecnologias previstas no Plano ABC+ nestas áreas, caso possível.



8. Acompanhamento, Monitoramento e Registro das Ações/Atividades

O Plano ABC+ contará com a gestão e articulação do Grupo Gestor Estadual para o bom acompanhamento das atividades previstas.

A coordenação propiciará ações de governança participativa, sendo essencial para o monitoramento dos programas e projetos que serão executados com ênfase nas tecnologias previstas no Plano ABC+, bem como realizará a gestão com foco no resultado do alcance das metas estabelecidas para 2020-2030, conciliando produção e sustentabilidade.

De acordo com este contexto, o monitoramento das ações e acompanhamento das metas estaduais serão realizadas por meio da/do:

1. CRIAÇÃO DE UM SISTEMA *MOBILE*, com funções de otimização do processo de monitoramento das metas, buscando aprimorar a plataforma e inserir os dados no software do Portal do Agronegócio da SEAGRI/BA.
2. INSERÇÃO DE DADOS EM PLANILHA ESTRUTURADA PELO GGE e compartilhada com os membros do grupo gestor para acompanhamento das ações com as ferramentas do ABC+;
3. ACOMPANHAMENTO DOS VOLUMES E NÚMERO DE CONTRATOS para a concessão de crédito do Programa ABC na Bahia por meio do site do Banco Central e das instituições financeiras;
4. REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS ANUAIS DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTADUAIS DO PLANO ABC+, através das fontes oficiais de levantamentos de dados, sem prejuízo da necessidade de suporte no mapeamento e identificação de informações mais assertivas juntas aos municípios de difícil acesso e menor estrutura;
5. RELATÓRIO ANUAL EMITIDO PELAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS para reavaliação das metas propostas;
6. REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS E WORKSHOPS TÉCNICOS de avaliação em conjunto com as universidades, academia, especialistas e instituições de pesquisa com notória especialidade e renome sobre o tema;

7. MONITORAMENTO DOS ARQUIVOS ATUALIZADOS com as ações de capacitação, dias de campo, palestras e oficinas realizadas pelas instituições participantes do **Plano ABC+ Bahia**;
8. PUBLICAÇÃO NO SITE DA SEAGRI/BA DE INFORMES, BOLETINS E REPORTES, sobre as ações do GGE do Plano ABC+, bem como de todos os projetos, sub-programas e ações decorrentes do Plano e/ou cujas metas estão associadas a este, de forma a dar transparência à sociedade civil e buscar o engajamento e mobilização de novos produtores;
9. CONSULTA AOS DADOS DIVULGADOS PELO OBSERVATÓRIO DO PLANO ABC da Fundação Getúlio Vargas, pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento -LAPIG/UFG e demais entidades atuantes na área.



.....

**DIANTE DESTES PONTOS DESTACADOS ACIMA, O GGE
SERÁ A INSTÂNCIA DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E
MONITORAMENTO DO PLANO ABC + BAHIA, VERIFICANDO
AS AÇÕES EXECUTADAS NO ESTADO E INFORMANDO AO
GOVERNO FEDERAL SOBRE O SEU ANDAMENTO.**

.....

Na abrangência estadual, regularmente serão realizadas reuniões do GGE, com o intuito de verificar a realização das ações das instituições listadas no Plano e será avaliado o progresso de cada meta destacando as adequações e repactuações do plano estabelecido inicialmente. Serão realizadas revisões periódicas no Plano ABC+ Bahia, que serão definidas pelo GGE, abrindo espaço para as instituições formularem novos projetos, propostas de subprogramas ou aperfeiçoamento da implementação e das medidas do Plano para os anos posteriores.





9. Considerações finais

O Plano ABC+ Bahia 2023-2030, foi elaborado em consonância com as diretrizes previstas no Plano ABC+ Nacional, coordenado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e contribuirá para o desenvolvimento da agropecuária do Estado da Bahia e do Brasil, em convergência com a produtividade e sustentabilidade no setor agropecuário, prestigiando a indispensável transversalidade ambiental adotada pelo Governo do Estado da Bahia.



Este Plano é uma Iniciativa singular de impacto global positivo e que tem em seu escopo e abrangência, o compromisso do setor agropecuário baiano com os esforços empreendidos mundialmente no enfrentamento das mudanças climáticas, aquecimento global, redução do desmatamento ilegal, associados à cooperação efetiva ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e Agenda 2030, além de acordos e compromissos internacionais, através da promoção de uma agricultura mais sustentável para o mundo.



.....

Diante disso, o Plano impulsiona o uso de tecnologias de produção adaptadas às condições tropicais e o contínuo aperfeiçoamento dos sistemas produtivos de alimentos sobre bases sustentáveis. Amparadas por forte lastro científico, ambas estratégias permitem, além de ganhos ambientais, maior eficiência produtiva, ampliação dos ganhos socioeconômicos, aumento da resiliência do setor agropecuário e mitigação de gases de efeito estufa entre outros benefícios.



O Plano de Ação Estadual do ABC+ Bahia, contém informações detalhadas, necessárias à sua operacionalização. As metas, ações e atividades previstas no Plano, naturalmente serão aprimoradas de forma contínua, ampliando o empenho, por parte do Governo Estado, para desenvolver, fortalecer e promover bases sustentáveis para a produção agropecuária do Estado da Bahia.

Neste sentido, pretende-se ainda obter resultados práticos no tocante ao aumento da produtividade das principais culturas agrícolas do Estado da Bahia e ampliar de forma significativa a Recuperação das Pastagens Degradadas, a Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta, Sistemas Agroflorestais, Sistema de Plantio Direto, Bioinsumos e Florestas Plantadas, contribuindo para qualidade de vida do homem do campo.

.....

Fontes Consultadas

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário coordenação da Casa Civil da Presidência da República. — Brasília: MAPA/ACS, 2012. 173 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável (2020-2030): visão estratégica para um novo ciclo / Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. — Brasília: MAPA, 2021.

Banco Central. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em 02/04/2023.

Agricultura e Preservação da Vegetação Nativa. Embrapa Territorial, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2021/introducao>. Acesso em: 30/06/2023.

COP26: Panorama de objetivos e acordos. Globalhub.uniter, 2021. Disponível em: <https://globalhub.uninter.com>. Acesso em: 30/06/2023.

ODS: Objetivos da ONU para as cidades. HABITABILITY, 2023. Disponível em: <https://habitability.com.br/ods-11-conheca-o-objetivo-da-onu-para-as-cidades>. Acesso em: 30/06/2023.

ESG: entenda o significado da sigla e saiba como inserir estes princípios na sua empresa. Portal Global-Rede Brasil. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em 3/07/2023



Agricultura de baixo carbono-histórico. Ministério da Agricultura e Pecuária, 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/histórico>. Acesso em 4/07/2023

Mapa apresenta metas e tecnologias de produção sustentável para o Plano ABC+.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021. Disponível em:
<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias>. Acesso em 4/7/2023.

RAMALHO, A. A.; LUIZ, A.; SILVA, J. N. F.; VASCONCELOS, M. J. C. S.; MACEDO, L. O. B.. Valoração econômica das emissões de GEE oriundas de incêndios na terra indígena Tadarimana, MT. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v.12, n.10, p.639-654, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.010.0050>

Observatório da Agropecuária. Disponível em: <http://observatorio.agropecuaria.inmet.gov.br>. Acesso em 12/03/2023.



Equipe Responsável pelo Planejamento e Elaboração do Plano ABC+ Bahia 2023/2030

NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO
Thiago Guedes	SEAGRI-BA	thiago.guedes@seagri.ba.gov.br 71 999720 0303
Francimary Medeiros	SFA-BA/MAPA	francimary.medeiros@agro.gov.br
Bruna Sobral	OCT	brunasobral@oct.org.br 73 99901-1064
Carlos Rio	FAEB/SENAR	carlos.rio@senarbahia.org.br 71 99972-9925
Dan Lobão	CEPLAC	dan.lobao@agro.gov.br
Thyane Cruz	IFBA	thyane.cruz@ifba.edu.br
Allívia Rouse Carregosa Rabbani	IFBA	alliviarouse@ifba.edu.br (73) 3288-6686
Luiz Rezende	SEAGRI-BA	luiz.rezende@seagri.ba.gov.br
Adriano Bouzas	SEAGRI-BA	adrianobouzas@seagri.ba.gov.br
Claudemir Nonato	SEAGRI-BA	claudemir.santana@seagri.ba.gov.br
Keyla Silva	SEAGRI-BA	keyla.silva@seagri.ba.gov.br

NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO
Djalma Seixas	SEAGRI-BA	djalma.seixas@seagri.ba.gov.br
Paulo Emílio	SEAGRI-BA	paulo.torres@seagri.ba.gov.br
Katia Lima	SEAGRI-BA	katia.lima1@seagri.ba.gov.br
Silney Almeida	SEAGRI-BA	silney.almeida@seagri.ba.gov.br
Waleska Viana	SEAGRI-BA	waleska.viana@seagri.ba.gov.br
Carlito Nunes	SEAGRI-BA	carlito.nunes@seagri.ba.gov.br (74)98808.8869

Anexos

Anexo I: Tabela item 6. Metas de ampliação das tecnologias do **ABC+ no Estado da Bahia** até 2030 (Portaria 323, de 21/10/2021)

TECNOLOGIA	
I – Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD)	
II – Sistema de Plantio Direto	Sistema Plantio Direto de Grãos (SPDG) Sistema Plantio Direto Horticolas (SPDH)
III – Sistemas de Integração	Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF) Sistemas Agroflorestais (SAF)
IV – Florestas Plantadas	
V – Bioinsumos	
VI – Sistemas Irrigados	
VII – Manejo de Resíduos da Produção Animal	
VIII – Terminação Intensiva de Bovinos	
Diminuição da vulnerabilidade e Aumento da resiliência dos sistemas de produção agropecuários	

Anexo II: Tabela item 7. Estratégias e Programas para implementação do Plano Estadual

ESTRATÉGIA / PROGRAMA	ATIVIDADE	PRODUTO
SPPS (prog)	Apoio a projetos para implementação de SPSABC	Projeto apoiado
	Sensibilização de Produtores Rurais nos SPSABC	Sensibilização de produtor rural realizada
	Capacitação de técnicos nos SPSABC	Técnico capacitado
ATER (estrat)	Implementação de unidades de referência técnica – URT (01 URT p/ técnico capacitado)	URT implementada
	Assistência técnica e gerencial a produtores para implantação dos SPSABC	Produtor rural atendido com assistência técnica nas SPSABC
	Capacitação de analistas financeiros de projetos	Analista financeiro capacitado
ATER (estrat) e Com&Sens (Estrat)	Realização de eventos para divulgação do ABC+	Evento realizado

	META NACIONAL DE AMPLIAÇÃO ATÉ 2030	META ESTADUAL	UNIDADE
	30	0,085	milhões ha
	12.503	1,2	milhões ha
	0,085	0,00	milhões ha
	10.007	0,02	milhões ha
	0,1	0,13	milhões ha
	4	0,71	milhões ha
	13	2,9	milhões ha
	3	0,5	milhões ha
	208,4	8	milhões de m³
	5	0,00	milhões de bovinos
	72,68	0,1	milhões ha

	META NACIONAL 2020/2025	META ESTADUAL 2020/2025	META NACIONAL 2025/2030	META ESTADUAL 2025/2030	TOTAL GERAL NACIONAL 2020/2030	TOTAL GERAL ESTADUAL 2020/2030	UNIDADE
	8	5	12	6	20	11	Projeto
	700.600	106.800	1.040.000	117.500	1.740.600	224.300	Produtor Rural
	10.600	5.200	15.500	6.220	26.100	11.420	Técnico
	10.600	100	15.500	120	26.100	220	URT
	700.000	105.60	1.040.000	115.700	1.740.000	221.300	Produtor Rural
	130	10	150	10	280	20	Analista Financeiro
	161	110	155	150	316	260	Unidade

Plano ABC+

2020-2030

PLANO ESTADUAL PARA ADAPTAÇÃO
À MUDANÇA DO CLIMA E BAIXA EMISSÃO DE CARBONO
NA AGROPECUÁRIA COM VISTAS
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



9 788586 285103